

APAV[®]



associação portuguesa de

Apoio à Vítima

Recortes de Imprensa

Abril 2016



Apoio:





APAV registou em média 63 crimes por dia em 2015

O Gabinete de Apoio à Vítima de Santarém trabalhou 356 processos de violência doméstica no distrito.



João Baptista
joao.baptista@oribatejo.pt

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) registou uma média de 63 crimes por dia em 2015, segundo dados divulgados esta semana que revelam um total de 23.326 casos, um número que subiu 13% nos últimos dois anos.

O Gabinete de Apoio à Vítima de Santarém trabalhou 356 processos de violência doméstica no distrito.

O Gabinete de Apoio à Vítima de Santarém trabalhou 385 processos de violência doméstica no distrito em 2015, registando um aumento em relação ao ano anterior em que se registaram 370 processos. Para Carmen Ludovino, gestora do GAV de Santarém, “este aumento do número de casos no distrito, em linha com os números nacionais, não quer dizer que haja mais violência, mas revela que as pessoas estão mais sensibilizadas, atentas e informadas e recorrem mais à linha nacional de apoio gratuito”.

A nível nacional, também cresceu o número de vítimas (10,1%), passando de 8.733 em 2013, para 8.889 no ano seguinte e para 9.612 no ano passado, assim como os processos de apoio, que subiram de 11.800 em 2013 para 12.837 em 2015 (8,8%).

Em declarações à agência Lusa, o presidente da APAV, João Lázaro, afirmou que estes dados “mais do que transparecerem um aumento da criminalidade”, significam que “as pessoas estão mais sensibilizadas para pedir ajuda e para tentar ultrapassar as consequências negativas de terem sido vítimas de crime e procurarem saber quais são os seus direitos e como exercê-los”.

João Lázaro adiantou ainda que esta tendência de aumento do número de pessoas atendidas e apoiadas pela

APAV contraria “uma tendência anterior, de há três, quatro anos” provocada pela crise, que fez com que “muitas vítimas de crime não procurassem ajuda e permanecessem no silêncio”.

Segundo o relatório anual de estatística da APAV, 80% dos casos (18.679) dizem respeito a crimes de violência doméstica. Entre estes crimes, a APAV realça os maus-tratos físicos (7.507) e os maus-tratos psicológicos (5.167), que totalizam mais de 50% dos registos.

Das vítimas que recorreram aos serviços da associação em 2015, 82,2% eram mulheres, com idades entre os 25 e os 54 anos (39,5%).

Segundo o relatório, 30% eram casadas e viviam numa família nuclear com filhos (37,7%). A maioria vivia em Lisboa (20,4%), no Porto (12,1%) e em Faro (9,5%).

O grau de ensino das vítimas situa-se entre o ensino básico, secundário e superior (16,6%), sendo que 27,8% trabalhavam.

A APAV constatou que em 58,4% dos casos os agressores eram companheiros, ex-companheiros, cônjuges, ex-cônjuges, namorados e ex-namorados.

Em 23,8% dos casos, os agressores foram familiares (avós, filhos, netos, pais, irmãos).

Sobre o perfil do agressor, a APAV refere que 81,3% eram homens, com idades entre os 35 e os 54 anos (25,5%), 31,9% eram casados e trabalhavam (29,5%).

Houve ainda 388 casos em que as vítimas eram homens, com uma média de idade de 49,6 anos, a maioria casados. 54,2% estavam empregados, 20,8% reformados e 18,7% desempregados.

Quase metade (48,7%) tinha o ensino superior e 18,7% estavam desempregados.

Em metade dos casos, a agressora foi a mulher, enquanto em 20,4% das situações foi a companheira e em 12,1% a ex-companheira.

A APAV registou ainda 131 casos de agressões em relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo.

A vitimação mais registada pela APAV foi de “tipo continuado”, assinalada em 74,7% dos casos. Em 16,3% das situações duravam, em média, entre os dois e os 6 anos.

Os locais do crime mais referenciados foram a residência comum (5.976), a residência da vítima (1.590) e a via pública (1.105).

Fora do âmbito dos crimes contra as pessoas, o relatório realça os crimes patrimoniais, nomeadamente o crime de dano, com 229 registos (15%).

Destaca também as “outras formas de violência”, que incluem o bullying e o stalking (assédio persistente) e representaram mais de 500 queixas (2,5% do total das denúncias).

Em vésperas da apresentação pelo Governo do Relatório Anual de Segurança Interna de 2015 à Assembleia da República, a APAV vem sublinhar “a necessidade de tornar efetivos, para além do texto da lei, os direitos de quem sofre um crime”.

O TRABALHO DA APAV EM 2015



Perfis em foco

Resultante de um vasto trabalho de pesquisa e procurando dar a conhecer a população que procura os serviços da APAV, passamos a apresentar uma listagem de diversos perfis das vítimas de crime que contactam a APAV.

PERFIL GERAL DA VÍTIMA

- Sexo Feminino (82,8%)
- Idade média (40,7 anos)
- Casad@ (38,3%) | Solteir@ (28,7%)
- Família nuclear com filh@s (49,2%)
- Ensino superior (25%) | Secundário (17,3%) | 3.º ciclo (16,2%)
- Empregad@ (38,9%)
- Relação com autor/a crime: Cônjuge (27,7%) | Companheir@ (14%) | Filh@ (11,9%) | Pai/mãe (8,9%) | Ex-companheir@ (8,1%)



VÍTIMA SEXO MASCULINO (N: 1.641)

- Adulto (45,6%) | Criança / jovem (38,9%) | idoso (15,5%)
- Idade média (33,7 anos)
- Solteir@ (54,2%) | casad@ (28,5%)
- Família nuclear com filh@s (49,9%)
- 1.º ciclo (18,4%) | ensino superior (15,2%) | 2.º ciclo (12,5%)
- Estudante (35,4%) | empregad@ (27,5%)



VÍTIMA ADULT@ (N: 5.069)

- Sexo feminino (88,9%)
- Idade média (40,7 anos)
- Casad@ (39,7%) | solteir@ (20,7%)
- Família nuclear com filh@s (50%)
- Ensino superior (31,4%) | ensino secundário (23,9%)
- Empregad@ (48,7%) | desempregad@ (34,1%)



VÍTIMA CRIANÇA/JOVEM (N: 1.084)

- Sexo feminino (54,6%)
- Idade média (9,9 anos)
- Família nuclear com filh@s (49,6%)
- Pré-escolar (23,8%) | 1.º ciclo (23,6%)
- Estudante (94,4%)



VÍTIMA IDOS@ (N: 977)

- Sexo feminino (80,5%)
- Idade média (75,4%)
- Casad@ (58,4%) | viúv@ (29,5%)
- Família nuclear com filh@s (39%)
- 1.º ciclo (33,3%) | ensino superior (19,2%)
- Não sabe ler nem escrever (13,3%)
- Reformad@ (90,1%)



Fonte: APAV

ESTATÍSTICA

APAV registou em média 63 crimes por dia em 2015

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) registou uma média de 63 crimes por dia em 2015, segundo dados ontem divulgados que revelam um total de 23.326 casos, um número que subiu 13% nos últimos dois anos.

Neste período também cresceu o número de vítimas (10,1%), passando de 8.733 em 2013, para 8.889 no ano seguinte e para 9.612 no ano passado, assim como os processos de apoio, que subiram de 11.800 em 2013 para 12.837 em 2015 (8,8%).

Em declarações à agência Lusa, o presidente da APAV, João Lázaro, afirmou que estes dados “mais do que transparecerem um aumento da criminalidade”, significam que “as pessoas estão mais sensibilizadas para pedir ajuda e para tentar ultrapassar as consequências negativas de terem sido vítimas de crime e procurarem saber quais são os seus direitos e como exercê-los”.

João Lázaro adiantou ainda que esta tendência de aumento do número de pessoas atendidas e apoiadas pela APAV contraria “uma tendência anterior, de há três, quatro anos” provocada pela crise, que fez com que “muitas vítimas de crime não procurassem ajuda e permanecessem no silêncio”.

Segundo o relatório anual de estatística da APAV, a que a agência Lusa teve aces-

so, 80% dos casos (18.679) dizem respeito a crimes de violência doméstica.

Entre estes crimes, a APAV realça os maus-tratos físicos (7.507) e os maus-tratos psíquicos (5.167), que totalizam mais de 50% dos registos.

Das vítimas que recorreram aos serviços da associação em 2015, 82,2% eram mulheres, com idades entre os 25 e os 54 anos (39,5%).

Segundo o relatório, 30% eram casadas e viviam numa família nuclear com filhos (37,7%). A maioria vivia em Lisboa (20,4%), no Porto (12,1%) e em Faro (9,5%).

O grau de ensino das vítimas situa-se entre o ensino básico, secundário e superior (16,6%), sendo que 27,8% trabalhavam.

A APAV constatou que em 58,4% dos casos os agressores eram companheiros, ex-companheiros, cônjuges, ex-cônjuges, namorados e ex-namorados.

Em 23,8% dos casos, os agressores foram familiares (avós, filhos, netos, pais, irmãs).

Sobre o perfil do agressor, a APAV refere que 81,3% eram homens, com idades entre os 35 e os 54 anos (25,5%), 31,9% eram casados e trabalhavam (29,5%).

Houve ainda 388 casos em que as vítimas eram homens, com uma média de idade de 49,6 anos, a maioria casados. ■



APAV regista em média 63 crimes por dia em 2015

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) registou uma média de 63 crimes por dia em 2015, segundo dados divulgados no início deste semestre que revelam um total de 23.326 casos, um número que subiu 13% nos últimos dois anos.

Neste período também cresceu o número de vítimas (10,1%), passando de 8.733 em 2013, para 8.889 no ano seguinte e para 9.612 no ano passado, assim como os processos de apoio, que subiram de 11.800 em 2013 para 12.837 em 2015 (8,8%).

Em declarações à agência Lusa, o presidente da APAV, João Lázaro, afirmou que estes dados «mais do que transparecerem um aumento da criminalidade», significam que «as pessoas estão mais sensibilizadas para pedir ajuda e para tentar ultrapassar as consequências negativas de terem sido vítimas de crime e procurarem

saber quais são os seus direitos e como exercê-los».

João Lázaro adiantou ainda que esta tendência de aumento do número de pessoas atendidas e apoiadas pela APAV contraria «uma tendência anterior, de há três, quatro anos» provocada pela crise, que fez com que «muitas vítimas de crime não procurassem ajuda e permanecessem no silêncio».

Segundo o relatório anual de estatística da APAV, a que a agência Lusa teve acesso, 80% dos casos (18.679) dizem respeito a crimes de violência doméstica. Entre estes crimes, a APAV realça os maus-tratos físicos (7.507) e os maus-tratos psíquicos (5.167), que totalizam mais de 50% dos registos.

Das vítimas que recorreram aos serviços da associação em 2015, 82,2% eram mulheres, com idades entre os 25 e os 54 anos (39,5%). Segundo o relatório, 30% eram casadas e viviam numa família

nuclear com filhos (37,7%). A maioria vivia em Lisboa (20,4%), no Porto (12,1%) e em Faro (9,5%). O grau de ensino das vítimas situa-se entre o ensino básico, secundário e superior (16,6%), sendo que 27,8% trabalhavam.

A APAV constatou que em 58,4% dos casos os agressores eram companheiros, ex-companheiros, cônjuges, ex-cônjuges, namorados e ex-namorados. Em 23,8% dos casos, os agressores foram familiares (avós, filhos, netos, pais, irmãos).

Sobre o perfil do agressor, a APAV refere que 81,3% eram homens, com idades entre os 35 e os 54 anos (25,5%), 31,9% eram casados e trabalhavam (29,5%). Houve ainda 388 casos em que as vítimas eram homens, com uma média de idade de 49,6 anos, a maioria casados. 54,2% estavam empregados, 20,8% reformados e 18,7% desempregados. Quase metade (48,7%) tinha o ensino

superior e 18,7% estavam desempregados. Em metade dos casos, a agressora foi a mulher, enquanto em 20,4% das situações foi a companheira e em 12,1% a ex-companheira.

A APAV registou ainda 131 casos de agressões em relacionamentos entre pessoas do mesmo género.

A vitimação mais registada pela APAV foi de «tipo continuado», assinalada em 74,7% dos casos. Em 16,3% das situações duravam, em média, entre os dois e os 6 anos. Os locais do crime mais referenciados foram a residência comum (5.976), a residência da vítima (1.590) e a via pública (1.105).

Fora do âmbito dos crimes contra as pessoas, o relatório realça os crimes patrimoniais, nomeadamente o crime de dano, com 229 registos (15%). Destaca também as «outras formas de violência», que incluem o bullying e o stalking (assédio persistente) e representaram mais de 500 queixas (2,5% do total das denúncias).

Relatório da APAV divulga o balanço de vítimas de crimes e de outras formas de violência

POSTED ON MARCH 29, 2016 BY RITA GIL

O número de adultos agredidos pelos próprios filhos aumentou no último ano, revela o relatório anual da APAV. Desde 2013 que o número de denúncias relativas a violência têm vindo a aumentar; mulheres casadas e comprometidas representam 58,4% das queixas apresentadas.

A APAV é uma instituição particular de solidariedade social sem fins lucrativos que visa sobretudo, mas não só, apoiar qualquer vítima de crime. Todos os anos, esta instituição elabora um relatório a fim de expor o balanço das suas atividades.

O relatório divulgado esta terça-feira e referente ao ano passado revela que a APAV apoiou 9612 vítimas, dos 23.326 crimes contabilizados. É de salvaguardar ainda que uma vítima pode ser alvo de vários crimes ou outras formas de violência e que o bullying não é tipificado como sendo um crime, mas é também uma forma de violência.

“De 2013 para 2015, registou-se um aumento superior a 8% no número de processos, crimes e outras formas de violência e vítimas”, pode ler-se no relatório da APAV referente a 2015.



ID: 63903422

31-03-2016

APAV regista em média 63 crimes por dia em 2015

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) registou uma média de 63 crimes por dia em 2015, segundo dados divulgados esta semana que revelam um total de 23.326 casos, um número que subiu 1,3% nos últimos dois anos.

Pág. 3



Relatório Anual da APAV 2015: os números da prevenção & apoio

A necessidade de assegurar os direitos a quem é vítima de crime

O relatório anual da APAV indica que no decurso de 2015 foram instruídos 12.837 processos de apoio às vítimas nos quais foram apoiadas 9.612 vítimas, correspondendo a sua vitimação a um total de 23.326 crimes. No âmbito da formação e da sensibilização e prevenção da violência e do crime foram abrangidos 24.617 participantes.

Em vésperas da apresentação pelo Governo da República do Relatório Anual de Segurança Interna relativo a 2015 (RASI 2015) à Assembleia da República para sua apreciação anual, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), como a maior organização nacional sem fins lucrativos de apoio às vítimas de todos os crimes, seus familiares e amigos, vem contribuir para a análise e conhecimento da criminalidade e vitimação apresentando o seu Relatório Anual 2015 | Estatísticas APAV.

É oportunidade para sublinhar a necessidade de tornar efetivos, para além do texto da lei, os direitos de quem sofre um crime. Para quem é vítima de crime em Portugal, independentemente do tipo de crime, há muito que tarda a garantia de que os seus direitos são reconhecidos de



forma efetiva na prática diária das instituições com que tem lidar na sequência daquela ocorrência. São direitos tão básicos como o de informação – pressuposto imprescindível, aliás, para acesso aos restantes –, proteção e segurança, indemnização, receção de comprovativo da queixa, audição durante o processo, entre outros. Sucede, contudo, que alguns destes direitos vão sendo cumpridos de forma não sistemática e errá-

tica, e outros nem isso.

Neste quadro, e face à inovação da inclusão no programa de governo do XXI Governo Constitucional de uma atenção específica às vítimas de todos os crimes e ao exercício dos seus direitos, uma especial atenção às vítimas da criminalidade, independentemente de ter aumentado ou diminuído por categoria e subcategoria de tipo de crime, é devida.

Os dados estatísticos agora disponíveis reportam-se aos processos de apoio desenvolvidos presencialmente, por telefone e online, no ano transato, pela rede nacional de Gabinetes de Apoio à Vítima, pela Linha de Apoio à Vítima (116 006), pela rede nacional de Casas Abrigo e pelas redes especializadas de apoio a vítimas migrantes, familiares e amigos de vítimas de homicídio e crianças e jovens vítimas de violência

sexual.

A análise do Relatório facilita uma visão geral sobre a realidade das vítimas, dos autores de crime, dos crimes praticados e do trabalho desenvolvido pela Associação em 12.837 processos de apoio, nos quais foram apoiadas 9.612 vítimas, correspondendo a sua vitimação a um total de 23.326 crimes. No âmbito da formação e da sensibilização e prevenção da violência e do crime foram abrangidos 24.617 participantes.

Destacam-se neste Relatório os dados relativos ao trabalho da APAV na prevenção secundária e terciária, isto é, no apoio direto às vítimas de crime (secundária) e nos cuidados de reabilitação e a reintegração das vítimas (terciária). Porém, a APAV tem também investido na prevenção primária, intervindo para prevenir a vitimação.

Pela sua saúde...



Violência Doméstica

A violência doméstica é um problema demasiado comum, no nosso país, muitas vezes minimizado por vergonha ou medo e que causa grande sofrimento e em muitos casos leva à morte. Trata-se de "qualquer acção ou omissão de natureza criminal, entre pessoas que residam no mesmo espaço doméstico ou, não residindo, sejam cônjuges, ex-companheiros, ex-namorados, progenitor de descendente comum, ascendente ou descendente, e que causem sofrimento físico, psicológico, sexual ou económico". Pode ser directa como maus tratos físicos, psíquicos, ameaça, coacção, injúrias, difamação, crimes sexuais, tentativa de homicídio ou homicídio consumado; bem como indirecta, por exemplo, violação de domicílio ou perturbação da vida privada, revelação de informações pessoais, violação de correspondência ou de telecomunicações, afastamento de menor do progenitor, entre outras formas.

Afecta tanto mulheres como homens, embora os casos de violência contra mulheres tenha mais visibilidade, possivelmente devido ao facto dos homens se sentirem menos apoiados e com menos recursos à disposição. Pode ainda dirigir-se contra idosos ou crianças.

Normalmente estes actos não são isolados e, apesar de se passar por uma fase de 'lua de mel' em que o agressor aparenta ser dócil e estar arrependido, a situação de violência tende a ser cíclica. Existem alguns factores de risco para a violência doméstica como o isolamento, a fragmentação, o poder e o domínio ou influência moral.

Os casos devem ser identificados precocemente, sob pena da violência condicionar patologia crónica (dor crónica, disfunção sexual, depressão, ansiedade, desordens alimentares e alterações do sono). Caso precise de ajuda ou suspeite que alguém precisa contacte o seu Médico de Família, a Polícia, o Gabinete de Apoio à Vítima da APAV mais próximo (www.apav.pt), a Linha Nacional de Emergência Social (número de telefone: 144); o Magistrado do Ministério Público junto do Tribunal, a Junta de Freguesia ou os cuidadores (por exemplo, apoio domiciliário).

Dra. Patrícia Rita

Médica Interna na USF Condeixa



RELATÓRIO COM DADOS DISTRITAIS

APAV recebeu 35 queixas em 2015

Trinta e cinco pessoas apresentam queixas no ano passado junto da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) por causa por terem sido alvo de crimes. O número, que reflete a residência dos queixosos, faz parte do relatório anual da associação, que foi conhecido esta semana. Ainda assim o distrito de Castelo Branco representa apenas 0,6 por cento dos casos a nível nacional, encontrando-se à frente de Beja (23 casos), Portalegre (24) e da Madeira (33). Lisboa (1960 queixas), Porto (1167) e Faro (899) são os distritos mais afetados.

O relatório foi conhecido em vésperas da apresentação pelo Governo do Rela-

tório Anual de Segurança Interna relativo a 2015. A APAV é a maior organização nacional sem fins lucrativos de apoio às vítimas de todos os crimes, seus familiares e amigos. Segundo a organização os dados que fazem parte deste relatório "reportam-se aos processos de apoio desenvolvidos presencialmente, por telefone e online, no ano transato, pela rede nacional de Gabinetes de Apoio à Vítima, pela Linha de Apoio à Vítima (116 006), pela rede nacional de Casas Abrigo e pelas redes especializadas de apoio a vítimas migrantes, familiares e amigos de vítimas de homicídio e crianças e jovens vítimas de violência sexual".

“Eu atropelo-vos com o carro, eu rego a casa com gasolina, eu incendeio tudo!”



É uma medida raramente aplicada em processos de violência contra idosos em Portugal: um rapaz de 20 anos está em prisão preventiva por agressões contra pais e irmãs. À Associação Portuguesa de Apoio à Vítima chegam cada vez mais pedidos de ajuda de idosos agredidos pelos respectivos filhos ou filhas

Violência doméstica Ana Cristina Pereira

Só tem 20 anos. O Ministério Público (MP) acusou-o de 13 crimes de ameaça agravada, três de violência doméstica, três de coacção agravada, dois de perturbação da vida privada. Aguarda julgamento no Estabelecimento Prisional do Porto e está proibido de telefonar e de escrever à mãe e ao pai.

Houve um pico de violência no último Verão. Os pais deixaram de o aceitar em casa. E ele não os largava. “Eu mato-vos! Eu rego a casa com gasolina. Eu incendeio tudo!” “A mãe vive fechada, não abre portas nem janelas com medo que o filho assalte a casa e a mate”, escreveu então o pai, Amaro.

As cartas escritas ao MP por Amaro, um oficial de justiça aposentado, constam do processo que o PÚBLICO consultou na 2.ª secção do Departamento de Investigação e Acção

Penal, em Vila Nova de Gaia. E permitem perceber como a ansiedade ia tomando conta do homem, de 82 anos, e da mulher, de 61.

Na manhã de 19 de Agosto de 2015, quando a mãe, Fernanda, chegou à cozinha, o filho, Filipe, já lá estava, sentado. “Estás a olhar para mim?”, terá perguntado, de forma hostil. Ter-lhe-á exigido 900 euros. Ela disse que não lhos dava, que não podia, que não os tinha. Filipe ter-lhe-á cravado as unhas num braço.

Fernanda soltou um grito, horrorizada. Amaro abriu a porta do quarto. Fernanda correu para lá. Fecharam-se. Filipe pontapeou a porta, forçou a fechadura. Agrediu o pai, que ainda tentou detê-lo, e virou-se para a mãe, ao soco e pontapé. Cansado de tanto desaforo, o pai chamou a polícia.

Há anos que Fernanda se consumia, sem saber como travar a escalada de violência. O medo misturava-se com a tristeza, com a vergonha, com o sentimento de culpa, com a

indignação. Não tem qualquer filho o dever de respeitar pai e mãe? Não é inquebrável o laço entre pais e filhos?

A dimensão do silêncio

O primeiro estudo sobre a prevalência de violência contra idosos na população portuguesa – proposto pelo Instituto Nacional de Saúde Ricardo Jorge, conduzido pela socióloga Ana Paula Gil e publicado em 2015 – mostra a dimensão do silêncio: 64,9% das vítimas nunca apresentaram queixa. À Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) chegam cada vez mais pedidos de ajuda de idosos agredidos pelos respectivos filhos ou filhas: 687 em 2013, 706 em 2014, 810 em 2015.

Custa sempre assumir, nota Teresa Morais, que no DIAP do Porto coordena a secção dedicada aos crimes de violência doméstica. A violência praticada por um filho “repercute-se muitas vezes na vítima como uma assunção de que ela própria falhou

e que toda a actual vivência é, no fundo, resultado de um prévio fracasso educativo ou inter-relacional”, explica. Os tribunais deparam-se, com frequência, com “processos de desculpabilização do agressor e resistência ao inquérito”.

Fala-se muito no envelhecimento da população, no índice de dependência dos idosos, da violência como resultado do cansaço e do ressentimento dos cuidadores, mas muitas vezes o agressor é que depende da vítima, sublinha a socióloga Isabel Dias, professora na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Mora em sua casa, pede-lhe dinheiro para fazer face às despesas do dia-a-dia. Atrás da violência contra os idosos podem estar inúmeros factores, como o consumo abusivo de drogas ilícitas, o stress ou uma certa naturalização da violência na família.

O processo não se detém na infância de Filipe em Vilar do Paraíso, no interior de Vila Nova de Gaia. Guiando-se pelas testemunhas,

aponta para uma adolescência atribulada, sem gosto pela escola, com consumo abusivo de drogas ilícitas, prática de furtos, pequenos actos de vandalismo.

O Tribunal de Família e Menores condenou-o a uma medida de internamento num centro educativo. Apenas durante esse período, que se terá estendido por mais de um ano, viveu longe do antigo oficial de justiça e da companheira, que muitos anos se dedicara a cuidar da casa e dos filhos.

“Quero dinheiro”

Não trabalhava nem estudava. Não contribuía para as despesas lá de casa. Desde 2011, amiúde pedia dinheiro à mãe. No último ano, desde que voltara do centro, fazia-o todos os dias. Se ela se recusava a dar-lhe pelo menos cinco euros, ele engrossava a voz: “Quero dinheiro. Senão vai arder o diabo, vais ver!” Acontecia atirar o que tinha à mão para o chão ou pela janela.



“Anda acompanhado, ao que parece, por um gangue, que o leva a furtar de casa vários objectos de valor”, escreveu o pai, numa das cartas destinadas ao MP. Desapareceram, por exemplo, duas alianças e um anel de brilhante. Naqueles dias desapareceu da garagem uma bateria de carro e um carregador.

Pelo estudo conduzido por Ana Paula Gil se conclui que a violência financeira é a mais sofrida pelos idosos em Portugal. Ocorre, sobretudo, dentro da família nuclear (mais os filhos do que as filhas). Mas muitos vivem várias formas de violência em simultâneo, como terá acontecido com Fernanda e Amaro.

Durante o inquérito judicial, Fernanda contou que certa ocasião o filho se atirou a ela. Ela fugiu pela porta fora. E ele foi atrás: “Anda para casa!” Amaro é que chamou a polícia. Noutra ocasião, deu-lhe um empurrão tão forte que ela ia caindo – evitou a queda segurando-se na banca da cozinha.

No dia 19 de Agosto de 2015 ultrapassou o limite traçado pelos pais. Nunca mais o deixaram voltar a casa. Tentou forçar a entrada várias vezes nos dias seguintes. Destruziu cinco portas. Abriu uma janela, com um pau deitou coisas ao chão – um computador portátil, livros, *bibelots*. E o pai foi chamando a polícia.

No dia 22 daquele mês, por exemplo, Amaro viu Filipe a tentar arrombar o portão da entrada. Tornou a chamar a polícia. A 4 de Setembro, estava um serralheiro a arranjar duas delas, tê-lo-á visto na rua. Filipe ter-lhe-á dito que havia de os atropelar, de lhes partir as pernas. Nada daquilo pararia enquanto não os matasse.

Afirmou Amaro que o filho lhe telefonava umas 15 vezes por dia. No início, atendia e ouvia-o repetir frases ameaçadoras: “Eu fodovos”; “Eu atropelo-vos com o carro”; “Eu rego a casa com gasolina”; “Eu incendeio tudo!” Depois, deixou de atender. As ameaças conti-

nuavam a chegar por mensagem. Não aceitava que os pais deixassem de lhe satisfazer as necessidades básicas. “Vocês hoje liguem para este número por causa de eu dormir e evitar estar fódidos, que eu fodo esta merda toda, que não vivem direitos até morrer. Julgas que vou viver na rua só por tua causa, isso é que era bom”, escreveu. “Não arranjem casa nenhum para eu viver que eu fodo-te na rua”, escreveu também.

Quando se fala de violência doméstica pensa-se em violência contra as mulheres”, mas “cabem na tipificação legal deste crime os idosos”, diz Teresa Morais

nuavam a chegar por mensagem.

Não aceitava que os pais deixassem de lhe satisfazer as necessidades básicas. “Vocês hoje liguem para este número por causa de eu dormir e evitar estar fódidos, que eu fodo esta merda toda, que não vivem direitos até morrer. Julgas que vou viver na rua só por tua causa, isso é que era bom”, escreveu. “Não arranjem casa nenhum para eu viver que eu fodo-te na rua”, escreveu também.

Os registos, coligidos pela polícia, desmontam a repetição: “Eu vou estar ali naquela rua de dia e de noite e se alguém aparece fodo-vos a todos”; “A casa vai pelos ares. Os vidros já foram, pois ninguém quer saber.” “Estou a cagar-me para a polícia. Que eu te apanhe na rua. Ficas sem pernas.”

As ameaças ter-se-ão estendido à irmã, Sofia, de 25 anos. “Eu não quero carros parados naquela rua, senão chego-lhe fogo”, escreveu-lhe o irmão. Tinha medo de que ele fizesse mal aos pais, ao companheiro,

a si, e, depois, ao bebé de ambos, declarou à polícia, durante a fase de inquérito.

Detido a 27 de Novembro do ano passado, está desde então em prisão preventiva. O Ministério Público convenceu-se de que nenhuma outra medida de coacção o faria parar. “Sobretudo o crime de violência doméstica é de elevada gravidade”, corroborou o juiz. “Trata-se de um crime que frequentemente tem consequências letais para as vítimas, pelo que é gerador de forte alarme social e de sentimento de insegurança.”

Violência doméstica?

Com o advogado que lhe foi atribuído pelo apoio judiciário, foi até ao Supremo Tribunal sustentar que a sua prisão era ilegal. Para haver violência doméstica, as supostas vítimas teriam de ser “pessoas particularmente indefesas, em razão de idade, deficiência, doença, gravidez ou dependência económica, que com ele coabitassem”. Negou os factos, alegou já não viver com os pais, questionou a sua vulnerabilidade.

“Quando se fala de violência doméstica, pensa-se em violência contra as mulheres”, concebe a procuradora Teresa Morais, falando não sobre este caso concreto mas sobre a violência contra idosos em geral. “Cabem na tipificação legal deste crime os idosos, mas não todos.” Basta que o agressor não more na mesma casa, mas na casa ao lado, para que o crime seja outro. E o que é uma vítima particularmente indefesa? “Será que este conceito aberto não acaba por ser restritivo?”, questiona.

Está enquadrada no crime de violência doméstica a agressão praticada por namorado, ex-namorados, ex-companheiros e ex-cônjuges. “Por que não estabelecer aqui a mais forte, a mais exigente e a mais definitiva relação de parentesco?”, questiona ainda a magistrada, referindo-se à filiação. Repesa a ideia expressa pelas Nações Unidas de ter em conta “qualquer relacionamento onde haja uma expectativa de confiança”.

Os pais de Filipe tiveram de entregar atestados médicos para fazer prova de vulnerabilidade. Fernanda tem retinite, uma inflamação da retina no olho, e atrofia do nervo óptico. Não consegue ler. Não é capaz de usar um telemóvel. E Amaro sofre de hipertensão maligna, uma via para complicações cardiovasculares. Em vez da desejada tranquilidade da velhice, o sobressalto.

O processo começou por ser apenas referente aos pais. O Ministério Público acabou por incluir a irmã, que até há pouco morou na mesma casa. Daí tê-lo acusado, no dia 2 de Fevereiro deste ano, de três crimes de violência doméstica, três crimes de coacção agravada, 13 crimes de ameaça agravada, dois de perturbação da vida privada.



ID: 63836148

03-04-2016

Omissão. Diretiva obriga a indemnização de vítimas de crimes violentos no território da UE. Lei portuguesa é omissa quanto a atentados no resto do mundo e até o apoio não financeiro falha. Família de portuguesa morta na Tunísia fala em “revolta” e “abandono”

Portugal sem resposta para vítimas de terrorismo

FERNANDA CÂNCIO

“Recebi um telegrama do PR no dia do enterramento. Foi tudo o que houve de interesse das autoridades portuguesas.” Mariana Sousa Moreira, 48 anos, perdeu a mãe, Glória Moreira, de 76, a 26 de junho de 2015 no massacre de Sousse, na Tunísia. Na altura, não quis falar com os *media*. Dez meses depois, esta tradutora técnica *freelancer* residente no Brasil veio a Portugal tratar de vários assuntos, muitos relacionados com o sucedido. A revolta e mágoa levam-na a quebrar o silêncio: “Não senti qualquer tipo de apoio. Ninguém me ligou a perguntar se precisava de alguma coisa. Apoio psicológico, uma baixa por incapacidade para o trabalho, nada.” Muito menos foi sugerida a hipótese de qualquer indemnização: ao contrário de países como o Reino Unido e a França (*ver texto nestas páginas*), que preveem compensações para nacionais vítimas de atentados terroristas em qualquer parte do mundo, Portugal só compensa, por via de uma lei de 2009, vítimas de crimes violentos em território nacional e em aeronaves ou embarcações portuguesas. E parece não ter previstos quaisquer mecanismos de enquadramento das vítimas de terrorismo (que na legislação europeia e nos manuais de boas práticas incluem os familiares e amigos dos mortos e feridos nessas circunstâncias). Apesar de por exemplo a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima se ter desde 2014 disponibilizado, junto do Apoio Consular de Emergência, para acompanhar pessoas nessas circunstâncias.

“Não sei sequer como morreu”

Ao longo da conversa, Mariana sustém a dor na voz de dicção impecável. Mesmo quando confessa que no dia anterior estava num café na Foz quando ao ouvir passar uma ambulância começou a chorar. “Liguei ao meu marido e contei-lhe. Ainda não estou bem passado este tempo todo.” Suspira. “Estou perdida. Sou filha única numa família pequena. Há tanta coisa para tratar de que nem suspeitava.”

A seguir à morte da mãe, esteve dois meses sem conseguir trabalhar e está a fazer terapia —a suas expensas— desde então. Mas nunca, em nenhuma altura, os serviços do Estado, nomeadamente o apoio consular, que contactou na altura, lhe indicaram a existência de serviços gratuitos de apoio a vítimas, como é o caso do providenciado pela APAV, que tem

um grupo especializado no atendimento de vítimas de terrorismo e publicou em 2013 um manual específico sobre o assunto. É através do DN que Mariana ouviu pela primeira vez falar da associação e desse atendimento especializado, providenciado a qualquer pessoa, mesmo residente no estrangeiro (através de Skype por exemplo) e que não se limita a apoio psicológico, incluindo informação sobre direitos e procedimentos e assistência jurídica.

Auxílio que lhe fez muita falta desde junho de 2015. “Ainda nem recebi o subsídio de funeral, porque houve um enorme atraso no envio da certidão de óbito. O meu marido fartou-se de ligar para a embaixada, que atribuía a demora às autoridades tunisinas. Na funerária disseram-me que se calhar já não mo darão, por causa dos prazos. Que se atrevam.”

Aliás, há muita coisa que Mariana não recebeu. O relatório da autópsia, por exemplo; informação sobre as circunstâncias da morte da mãe. “Se calhar as pessoas não percebem,

mas era muito importante para mim saber se ela morreu logo, se sofreu, onde estava quando aquilo aconteceu. Não sei nada.” O único contacto que teve com as autoridades judiciais portuguesas ocorreu quando a chamaram para lhe fazerem um questionário em que lhe perguntavam tudo o que ela queria saber. “Foi uma senhora, muito simpática, que se via que estava aflita com a situação. Perguntou-me como morreu a minha mãe. E terminou com uma pergunta fabulosa: ‘Em quanto avalia a morte dela?’ Fiquei incrédula: ‘Está-me a perguntar como se avalia morte de uma mãe?’ E foi o Luís [marido de Mariana, empresário] que disse um valor qualquer. Até hoje ninguém me explicou para que foi aquilo. Já pensei mandar uma carta à PGR a pedir informação.”

Lei de terrorismo não fala de vítimas

O DN procurou, junto da PGR, obter informação sobre os procedimentos neste tipo de casos, mas não foi possível, segundo a respetiva assessoria de imprensa, encontrar alguém para a prestar no espaço de tempo (dois dias) de elaboração deste trabalho. Ainda assim, a PGR chama a atenção para o facto de não existir na legislação portuguesa que estabeleça os termos do combate ao terrorismo (Lei 52/2003 de 22 de agosto) qualquer disposição relativa às vítimas, pelo que considera que tal deve ser nela aditado.

Na falta disso, aplica-se a lei 130/2015, de 4 de setembro (aprovada já após o atentado de Sousse), a do Estatuto da Vítima, que prevê “o princípio da informação, segundo o qual o Estado assegura à vítima a prestação de informação adequada à tutela dos seus direitos”, incluindo “quais os requisitos que regem o seu direito a indemnização”, “gratuidade da consulta jurídica e, se necessário, o subsequente apoio judiciário”, assim como sobre “o tipo de serviços ou de organizações a que pode dirigir-se para obter apoio e o tipo de apoio que pode receber”.

Tudo aquilo que não aconteceu com Mariana Sousa Moreira. E que, frisa Bruno Brito, gestor da rede de apoio a familiares e amigos de vítimas de homicídio na APAV, teria sido muito fácil acionar. “Bastava que nos tivessem avisado da situação ou que falassem à senhora da nossa existência. Aliás, queremos contratuá-la com o Ministério dos Negócios Estrangeiros o apoio a vítimas e porventura o mesmo tipo de resposta que existe no MNE britânico: lá quando há uma situação de homicídio ou feridos graves o Apoio à Vítima vai



com as autoridades consulares ao local. É muito importante essa coordenação para que a APAV possa intervir. Fizemos nesta semana um contacto nesse sentido com a Secretária de Estado das Comunidades.” O caso de Maria Sousa Moreira, com quem este técnico falará na sequência da conversa com o DN, impressiona-o: “No mínimo dos mínimos aquilo que devia ter sido feito era perguntar como as pessoas estão e que necessidades têm, incluindo apoio psicológico na altura e, eventualmente, continuado, e apoio jurídico para saberem quais os seus direitos.”

“Ninguém atendia telefone de emergência”

Mas as falhas do Estado português no caso de Glória Moreira iniciaram-se no dia do atentado, uma sexta-feira, ainda antes de se saber o que lhe tinha acontecido. “Foi a minha sogra que ligou a dizer que tinha havido um tiroteio. Comecei a ligar para o telemóvel da minha mãe, e tocava, tocava, ninguém atendia. Não ficámos logo preocupados, porém: achámos que ela podia tê-lo deixado no quarto, por causa do *roaming*. Quando recebi o aparelho, tinha 106 chamadas não atendidas. Mas as horas passaram, percebemos que aquilo tinha mesmo acontecido no hotel onde ela estava, o Riu Imperial Marhaba, e aí começámos a ficar aflitos, sobretudo porque ela não ligava a dizer que estava bem. Deram-nos um telefone de emergência na embaixada de Portugal na Tunísia que era suposto ter sempre alguém a atender. Mas o certo é que ninguém atendia. Disseram-nos mais tarde que ficara esquecido na embaixada.”

Mariana tem um riso amargo na voz. “Estávamos a ver a CNN e reparámos no nome de um hospital tunisino numa das ambulâncias. Descobrimos o número do hospital na net e ligámos para saber se a minha mãe estava lá. Disseram-nos que não. Ligámos para os outros hospitais na zona e nada. Fomo-nos deitar às duas da manhã sem saber ainda nada, e tínhamos avião no dia seguinte mui-

DN rápido

Desde os atentados de 2001, em Nova Iorque, **morreram 12 portugueses** vítimas do jihadismo internacional.

Em 2001, nas Torres Gémeas, morreram cinco portugueses. No **Burkina Faso**, em janeiro, pereceu o último português da lista.

PGR sublinha que a lei portuguesa de combate ao terrorismo é omissa em disposições relativas às vítimas.

APAV considera que há falta de coordenação e informação dos serviços do Estado no que respeita a apoio às vítimas.



Meio-dia na praia de El Kantaoui

TUNÍSIA 26 de junho de 2015, praia de Port El Kantaoui, a dez quilómetros de Sousse, Norte do país. É meio-dia. Muitos dos hóspedes alojados nos hotéis Soviva e Riu Imperial Marhaba, mais de mil quartos entre os dois, estão na praia. De súbito, um homem armado de Kalashnikov materializa-se no meio dos banhistas. A maioria das pessoas corre para os hotéis; o aterrorizador persegue-as. Não parece haver ninguém armado para o enfrentar mas os empregados dos hotéis, em impressionante heroísmo, criam um cordão entre o terrorista e os ocidentais; o facto de este não querer matar muçulmanos terá permitido salvar assim muitas vidas. Mesmo assim, quando é finalmente abatido pelas forças de segurança fez 38 mortos, 30 dos quais britânicos. Entre as vítimas mortais está Glória Moreira, 76 anos, portuguesa do Porto. O massacre ocorreu três meses após homens armados irromperem no museu Bardo, no centro de Tunes, matando 20 pessoas, 17 das quais turistas, e ferindo 44.

França, Reino Unido e Alemanha indemnizam por atentados fora da UE

REPARAÇÃO França, Alemanha e Reino Unido dão auxílio financeiro a cidadãos atacados em todo o mundo

A lei francesa que reconhece o direito das vítimas de terrorismo a uma indemnização e cria um Fundo de Garantia para esse efeito tem quase 30 anos: é de setembro de 1986. Na sequência dos ataques de 13 de novembro de 2015, recebeu quase tantos pedidos como desde a sua criação: cerca de 4000, que poderão, de acordo com o governo francês, orçar em 300 milhões. Mas este fundo, que em 2014 era contabilizado em 406,7 milhões de euros e é financiado com uma taxa sobre todo e qualquer seguro efetuado sobre bens, não atende só a vítimas de ataques terroristas em território nacional. "Se o ato de terrorismo sucede no território nacional, todas as vítimas, qualquer que seja a sua nacionalidade, podem ser indemnizadas. Se o ato de terrorismo ocorre no estrangeiro, só as vítimas de nacionalidade francesa e seus familiares podem ser indemnizadas", lê-se no site do Fundo de Garantia das Vítimas de Atos de Terrorismo, no qual se informa que este prevê uma indemnização integral dos danos corporais dos feridos e dos danos morais e económicos dos familiares dos mortos, sendo a compensação calculada tendo em conta também outras prestações, de fundos públicos ou privados, a que a pessoa tenha direito. Às vítimas sobreviventes de atos de terrorismo ocorridos após 1 de janeiro de 1982 é ainda concedido o estatuto de vítima civil de guerra, permitindo-lhes receber uma pensão (caso não tenham direito a outra) e cuidados médicos gratuitos.

No Reino Unido, a disposição que permite a britânicos, assim como a nacionais da UE e de países do Espaço Económico Europeu ou suíços residentes no país há pelo menos três anos, recorrer a indemnizações caso sejam vítimas de atos terroristas em qualquer lugar do mundo é muito mais recente: data de novembro de 2012. Resultou em grande parte da campanha levada a cabo por um britânico, Will Pike, que, em resultado do atentado de Mumbai, em 27 de novembro de 2008, ficou paralisado aos 26 anos e descobriu que a lei existente – semelhante à portuguesa e que decorre de uma diretiva comunitária de 2004 – permitia apenas indemnizar vítimas de crimes violentos no Reino Unido. Pike, porém, acabou por ficar de fora do âmbito da nova lei, que só prevê indemnizações por atos terroristas ocorridos depois de novembro de 2012.

Na Europa, também a Alemanha prevê desde 2009 a possibilidade de compensar as vítimas de crimes violentos cometidos no estrangeiro, mas exclui indemnizar por danos morais. Um relatório de 2012 da ONU sublinha a necessidade de disponibilizar compensações para vítimas de terrorismo em qualquer parte do mundo, nomeadamente proibindo as companhias de seguros de excluir cobertura em caso de morte resultante de atos terroristas.

to cedo para Paris [entre os clientes de Mariana conta-se a OCDE, com sede na capital francesa]. Levantámo-nos às quatro e foi quando o Luís conseguiu falar para o hotel. Foi o hotel que nos confirmou que a minha mãe era uma das vítimas mortais." E foi Mariana que informou o Estado português de que a mãe era uma das pessoas mortas em Sousse. A primeira vítima portuguesa do Daesh, que viria a reivindicar o atentado. "Não se deram sequer ao trabalho de perceber o que se passava com a minha mãe. Eles estavam na Tunísia e fomos nós que nos mexemos. Recebemos uma conta incrível de telefone."

Mais apoio do Reino Unido do que de cá Mariana e o marido voaram para a Tunísia na segunda-feira seguinte, para testes de ADN e reconhecimento do cadáver. "Podiam ter-me poupado a isso. Houve ingleses que se recusaram. Mas disseram-nos que não libertavam o corpo se não o reconheçêssemos presencialmente. Felizmente só me mostraram a cara, o resto estava tapado. Perguntaram-me foi se queria o fato de banho que ela trazia vestido."

O alheamento do governo português pareceu-lhe ainda mais chocante ante o que viu da Tunísia da parte do Reino Unido. Face ao elevado número de vítimas nacionais (30 mortos), os britânicos enviaram para Sousse uma delegação que incluía polícia, médicos legistas, psicólogos e o subsecretário de Estado Tobias Ellwood. "A dada altura ele falou comigo", conta Mariana, "e disse-me que sabia o que eu estava a sentir. Pensei: 'Sabes lá tu.' Mas ele explicou-me que o irmão tinha sido morto nos atentados de Bali."

Foi através da embaixada britânica na Tunísia que a portuguesa soube da existência de um grupo fechado no Facebook que reunia as vítimas e os familiares das vítimas de Sousse. E aceitaram-na. "A dada altura as autoridades britânicas perguntaram se as pessoas queriam que se organizasse uma cerimónia de

homenagem, e foi marcada para 12 de abril na Abadia de Westminster. Para minha grande surpresa, fui convidada. E pediram-me desculpa por não me poderem pagar as passagens de avião." Faz um silêncio breve antes da frase seguinte. "A delicadeza de me dizerem isto. É tão triste sentir que há mais sensibilidade em relação a mim de um governo estrangeiro do que no meu, do meu país."

E as perguntas surgem. "No Reino Unido fazem uma espécie de um julgamento em re-

lação a atos terroristas. São ouvidas testemunhas, apresentadas provas. E há indemnizações. E em Portugal?" Mariana, que conseguiu receber metade do seguro que a mãe fizera ao comprar a viagem – era de 15 mil euros mas a agência disse que não cobria atos terroristas. Por especial favor pagaram 7500 –, nunca tinha ouvido falar da lei nacional que determina a compensação a vítimas de crimes violentos nos casos em que os perpetradores não possam indemnizar ou não sejam descobertos. Nem sabia da diretiva europeia que prevê que essas compensações existam quando os atentados ou crimes ocorram no espaço da UE. "Talvez devesse haver uma alteração da lei", conclui. "Não é muito justo, pois não? Para mim se calhar já não virá a tempo, mas que ao menos este exemplo sirva para as pessoas por o pé na terra. Que se perceba que é preciso fazer alguma coisa."

José Luís Carneiro, secretário de Estado das Comunidades Portuguesas desde novembro, nada sabe do caso de Glória Moreira. As perguntas sobre o que correu mal desde o início no contacto com a embaixada de Portugal na Tunísia ficam pois sem resposta – para já. "É o gabinete de emergência consular que tem a responsabilidade de fazer a articulação entre os postos consulares e autoridades locais e as famílias de potenciais vítimas. Tem de estar em linha direta com todos. E há um plano de contingência para cada consulado. Além de uma diretiva de abril de 2015 que prevê auxílio entre países da UE nestes casos." Admite porém que há muito a melhorar. "Por um lado há falta de meios, mesmo o gabinete de emergência só tem quatro pessoas. E a rede consular foi muito diminuída nos últimos anos. Por outro lado temos de trabalhar na abordagem multidisciplinar." A abordagem multidisciplinar referida terá a ver com o recurso a serviços como o disponibilizado pela APAV, cuja proposta de colaboração com o serviço de emergência José Luís Carneiro diz não lhe ter ainda chegado.



Maria da Glória de Sousa Moreira, a pianista duriense assassinada na Tunísia, e a filha única, Mariana

Respeito é arma de prevenção

É preciso educar os filhos, mas também os pais para lidar com a 'epidemia' de filhos ditadores e agressores.

CARLA MARINA MENDES
cmendes@destak.pt

Os dados da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima não deixam dúvidas: está a aumentar o número de pais agredidos pelos filhos. Situação que o psicólogo espanhol Xavier Úrra conhece bem e que serve de tema a dois livros da sua autoria, um dos quais (*O Pequeno Ditador Cresceu*) lançado recentemente. E que é preciso prevenir. E, aqui, a prevenção chama-se, garante ao **Destak**, «educar», não só os filhos, mas também os pais.

Em Espanha, tal como por cá, as denúncias dispararam. «São cada vez mais os pais que nos contactam sem saber o que fazer com os filhos. E estamos a falar de crianças de seis anos. E se não conseguem controlar uma criança de seis anos, quando tiver 16 já teremos um problema.»



Em Portugal, são cada vez mais os casos de filhos que agredem os pais

As doenças mentais podem justificar comportamentos, mas não mais de 20%. «O resto já não é sanitário, é educativo», garante. E acontece «porque se criou uma criança que é egoísta e cujo princípio é primeiro eu e depois eu.»

O especialista recusa falar em culpa, mas atribui responsabilidades aos pais, que «estão muito ocupados com o tra-

balho, têm muita angústia. E os filhos acabam por ser educados pela comunicação social, pela escola.» Esta é, diz, uma sociedade «em que a autoridade foi diluída». E se «é claro que os pais devem ser amigos dos filhos», também é que «a família não é uma democracia. Tem que haver respeito. E essa é a vacina contra crianças que são ditadoras.»

123RF



PSP EM PARCERIA COM A APAV //

Caminhada solidária

No âmbito das comemorações do 133.º aniversário da PSP de Vila Real, que se celebra a 21 de Abril de 2016, vai realizar-se, em parceria com a APAV de Vila Real, a 2.ª edição da "Caminhada Solidária PSP/APAV".

A caminhada acontece no dia 17 de Abril de

2016 (domingo), às 09H00, e tem fins solidários, através da recolha de alimentos. O percurso da caminhada desenrolar-se-á nos na cidade de Vila Real, com partida na Praça do Município (Av. Carvalho Araújo). É destinada a todas as classes etárias e sem fins competitivos.

Ainda no âmbito da mesma parceria no dia 20 de Abril, às 14.30, realiza-se a palestra "Crianças e Jovens Vítimas de Crime". O evento terá lugar nos claustros do antigo Governo Civil de Vila Real - Largo Conde de Amarante, em Vila Real.



Apoio a corrida solidária

A MultiOpticas apoiou a 13.ª Corrida de Solidariedade ISCPSI/APAV e Marcha das Famílias, sob o mote *Venha Correr Por Quem Não Consegue Fugir*, uma iniciativa solidária promovida pelo Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna e pela APAV. A acção contou com mais de 2.500 participantes, entre os quais o atleta Jorge Pina.





ID: 63942451

07-04-2016

Guardenses entre os que menos apoio pedem à APAV

A Guarda é de entre os distritos portugueses um dos que registou o menor número de pessoas atendidas e apoiadas pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) em 2015. O último Relatório Anual, divulgado há cerca de uma semana, aponta 40 casos em que o distrito de residência da vítima era a Guarda, correspondendo a 0,4 por cento. O distrito com menos pessoas atendidas e apoiadas foi Beja (23 – 0,2 por cento), seguido de Portalegre (24 – 0,3 por cento), Região Autónoma da Madeira (33 – 0,3 por cento) e Castelo Branco (35 – 0,6 por cento).

Lisboa (1.960 - 20,4 por cento), Porto (1.167 – 12,1 por cento) e Faro

(899 – 9,5 por cento) foram os distritos mais referidos pelas vítimas. No entanto, 2.269 das 9.612 pessoas atendidas e apoiadas pela APAV não sabiam ou não responderam sobre a sua proveniência.

Os dados estatísticos da APAV, apresentados no Relatório Anual 2015, reportam-se aos processos de apoio desenvolvidos presencialmente, por telefone e online, no ano transato, pela rede nacional de Gabinetes de Apoio à Vítima, pela Linha de Apoio à Vítima, pela rede nacional de Casas Abrigo e pelas redes especializadas de apoio a vítimas migrantes, familiares e amigos de vítimas de homicídio e crianças e

jovens vítimas de violência sexual, esclarece a associação em nota de imprensa.

Em termos concretos, a APAV registou no ano passado 12.837 processos de apoio com atendimentos nesse ano. Num total de 9.612 vítimas directas, assinalaram-se 23.326 crimes e/ou outras formas de violência. O trabalho realizado com os utentes da APAV resultou de um total de 34.372 atendimentos.

Através de uma análise comparativa dos últimos 3 anos é possível notar «um aumento gradual, quer do número de processos com atendimentos, quer do número de vítimas e ainda do número de crimes e ou outras

formas de violência assinaladas». «De 2013 para 2015, registou-se um aumento superior a 8 por cento no número de processos, crimes e outras formas de violência e vítimas», afirma a APAV.

«Mais especificamente quanto aos crimes assinalados e às outras formas de violência, os crimes Contra as Pessoas representam mais de 95 por cento do total de registos», concretiza, realçando que «alguns crimes em particular, designadamente os maus-tratos físicos e os maus-tratos psíquicos, no âmbito dos crimes de Violência Doméstica, totalizam por si só mais de 50 por cento dos registos criminais».



O drama da violência na sociedade

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) acabou de divulgar os números relativos à violência em Portugal durante 2015 e o cenário não é nada animador. Para se ter ideia deste cenário, registaram-se, em média, 63 crimes por dia durante o ano passado. No total, foram denunciados 23.326 casos, mais 13% do que em 2013.

São números cruéis que devem colocar os portugueses a pensar sobre o aumento da violência na sociedade. Para uns, há maior visibilidade e consciência dos direitos, perdendo-se o medo de denunciar o agressor, enquanto para outros as agressões já existiam mas estavam escondidas entre as quatro portas das famílias.

O facto é que o número de vítimas também cresceu, passando de 8.733 em 2013 para 9.612 no ano passado. Em média, por dia, a APAV apoiou 20 pessoas: 14 mulheres, entre os 18 e os 64 anos, três crianças e jovens e três idosos com mais de 65 anos. Todas vítimas de crimes ou outras formas de violência.

Perante este cenário preocupante João Lázaro, presidente da APAV, frisou que o relatório anual demonstra um aumento da criminalidade bem como maior sensibilização das pessoas para pedirem ajuda. Na sua opinião, esta tendência contraria “o silêncio” que marcou os anos de crise financeira no país, desde 2011.

Segundo o relatório estatístico da APAV, 80% dos crimes (18.670) são de violência doméstica, na sua maioria (58,4%) cometidos pelos companheiros, ex-companheiros, namorados ou ex-namorados das vítimas. Há outro dado preocupante revelado pelo documento: o aumento das denúncias de agressões cometidas pelos próprios filhos das vítimas: 687 em 2013, 706 em 2014 e 819 em 2015. E se a observação for alargada a outros graus de parentesco entre os agressores e as vítimas (avós, netos, irmãs/irmãos, por exemplo), a APAV contabilizou 2.300 casos em 2015. No total, relativamente a idosos foram apoiadas neste ano 977 vítimas, mais de duas por dia, quase 20 por semana.

O relatório revela ainda que as denúncias de “stalking” (445 em 2015) subiram mais de 30% em relação a 2014. Estamos a falar de um crime que consiste numa perseguição contínua, que pode ser feita através de inúmeros meios. Pode ser uma perseguição física, ou seja alguém que segue outrém (normalmente a mulher é vítima, mas nem sempre), na sua habitação, no local de trabalho, nos locais públicos onde é habitual estar.

Os casos de bullying (134) cresceram 46% em 2015 face ao ano anterior. Tratam-se de actos de violência física ou psicológica intencionais e repetidos, praticados por um indivíduo ou grupo de indivíduos, causando à vítima dor e angústia e sendo executadas dentro de uma relação desigual de poder.

Já os crimes de violação desceram 38% entre os períodos anteriormente referidos (de 139 para 86), enquanto os de abuso sexual de menores apenas registaram uma ligeira redução de 4% (de 106 para 102). A maioria das vítimas neste último caso são meninas com uma média de idade de 9,9 anos, sendo que quase um quarto (23,8%) ainda frequenta o pré-escolar e 23,6% o 1.º ciclo.

Perante estes números, resta acrescentar que vivemos numa sociedade marcada pela violência, nas suas diversas formas, com uma tendência para aumentar. Uma sociedade, onde os problemas financeiros das famílias e a pobreza podem acabar em actos de violência generalizada, atingindo homens, mulheres e crianças.



APAV divulga vídeo em Vouzela

“Cansada” é o título do vídeo que a Associação de Apoio à Vítima (APAV) divulgará, amanhã, dia 8 de Abril, a propósito das comemorações do Mês da Prevenção ao Maus-tratos na Infância. Uma iniciativa realizada pela Câmara Municipal de Vouzela, em parceria como a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ), e que, ao longo do mês, será marcada com a realização de vários eventos no âmbito dos maus-tratos infantis. Tais como: a construção de um laço humano, no Parque da Liberdade, no dia 16 de Abril, ou ainda, por exemplo, a sessão de formação “O papel das entidades da primeira linha no sistema de Protecção”, a 20 de Abril, com a presença de Hélio Ferreira, da Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco (CNPCJR).



Queixas de perseguição feitas à APAV aumentaram 30% no ano passado

Assédio
Mariana Oliveira

Assinala-se hoje o Dia Nacional de Sensibilização para o *Stalking*. Fenómeno é crime desde Setembro, mas não há estatísticas

As queixas de perseguição feitas à Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) no ano passado aumentaram 30% relativamente ao ano anterior, passando de 341 participações em 2014 para 445 em 2015. Este fenómeno, que constitui um assédio persistente que pode durar anos e também é conhecido como "*stalking*", tornou-se um crime autónomo previsto na lei desde Setembro passado, mas ainda não há estatísticas oficiais sobre o número de inquéritos abertos. Hoje assinala-se o Dia Nacional de Sensibilização para o *Stalking*.

A perseguição abrange um conjunto de condutas reiteradas como tentar persistentemente aproximações físicas ou pedidos para encontros; enviar repetidamente cartas, *emails*, bilhetes e mensagens ou efectuar inúmeros telefonemas de conteúdo inofensivo. Inclui ainda comportamentos como ficar repetidamente sentado à porta de casa da vítima, do seu local de trabalho ou de outro local que esta frequenta. São atitudes capazes de causar danos emocionais e até físicos nas vítimas e que acabam por restringir a sua liberdade de acção.

Mulher, com uma idade média a rondar os 40 anos, solteira e com formação superior. Este é o perfil das vítimas, segundo o relatório anual da APAV relativo a 2015, e divulgado no mês passado. Mais de 90% das queixosas eram mulheres e em 75% dos casos a vítima tinha ou tinha tido um relacionamento romântico com o perseguidor. Em 22% dos casos o agressor era um ex-companheiro, em 18% um ex-namorado, em 16% um cônjuge e em 12% um ex-cônjuge. Relativamente ao estado civil das vítimas, um terço são solteiras, 23% divorciadas, uma percentagem ligeiramente superior às que são casadas.

O ordenamento jurídico português não previa antes especificamente a criminalização da perseguição, mas alguns destes comportamentos já eram abrangidos por crimes existentes, como a violência doméstica, a ameaça, a coacção, a violação de domicílio ou perturbação da vida privada ou a devassa da vida privada.

A psicóloga e autora de uma tese



Casos podem incluir violência

de mestrado sobre *stalking* Emanuela Braga explicou à Lusa que este não é um fenómeno recente e que, muitas vezes, começa de forma aparentemente inofensiva, com a oferta de flores ou presentes. Depois, exemplifica, o perseguidor começa a aparecer, como se fosse por acaso, nos mesmos locais que a vítima frequenta, e, "com o tempo, assume comportamentos cada vez mais intimidatórios e de invasão da vida privada".

Na origem destes casos pode estar um relacionamento, a que se junta um distúrbio de personalidade e "a vontade de uma pessoa em manter uma relação com outra". Emanuela Braga explica que estes casos podem acontecer entre pessoas que já tiveram um relacionamento afectivo (na maior parte dos casos), mas também entre pessoas meramente conhecidas ou mesmo que não se conheçam.

Exemplo disso é o caso que envolveu o músico António Manuel Ribeiro, vocalista dos UHF, perseguido seis anos por uma fã. Esta enviava-lhe diariamente dezenas de mensagens de telemóvel e *emails* e telefonava-lhe outras tantas vezes, passava horas num carro à porta de sua casa e, perante o desinteresse do músico, insultou-o e a ameaçou-o. Foi condenada por dois crimes de ameaça agravada, dois de perturbação da vida privada e um de injúria a uma pena de prisão suspensa de dois anos.

O novo artigo 154-A, do Código Penal, prevê que quem "de modo reiterado perseguir ou assediar outra pessoa, por qualquer meio, directa ou indirectamente, de forma adequada a provocar-lhe medo ou inquietação ou a prejudicar a sua liberdade de determinação, é punido com pena de prisão até três anos ou pena de multa". **Com Lusa**



Segundo Emanuela Braga, as vítimas são essencialmente mulheres adultas e em 75% dos casos têm ou tiveram um relacionamento romântico ou próximo com o "stalker". © 123RF

Mais casos de "stalking"

Sociedade. Quase meio milhão de pessoas, principalmente mulheres, queixou-se no ano passado de perseguição, um tipo de agressão que é crime desde setembro.

Em 2015, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) recebeu 445 queixas de pessoas por perseguição (*stalking*), mais 104 casos do que em 2014, segundo dados da instituição, avançados a propósito do dia nacional de sensibilização para este tipo de crime que hoje se assinala. Fonte da PSP não precisou o número de queixas, feitas na polícia, mas admitiu que há casos e que têm vindo a aumentar.

O *stalking* é "uma forma de violência, um conjunto ou padrão de comportamentos de assédio persistente, dirigido a uma pessoa sem consentimento desta", explicou à agência Lusa Emanuela Braga.

A psicóloga diz que muitas vezes começa de forma aparentemente inofensiva, com a oferta de flores ou presentes. Depois, o perseguidor começa a aparecer, como se fosse por acaso, nos mesmos locais que a vítima frequenta, e, "com o tempo, assume comportamentos cada vez mais intimidatórios e de invasão da vida privada". As vítimas podem e devem apresentar queixa, diz.

O *stalking* está criminalizado desde setembro do ano passado e Emanuela Braga avança que a lei veio proteger as vítimas, havendo mais informação e sensibilidade para a questão e para a necessidade de denunciar os casos.



Quase quinhentas pessoas vítimas de perseguição

Nacional. Número de queixas, principalmente de mulheres, aumentou no ano passado, junto da APAV e da PSP pág. 04



Hoje celebra-se o dia de sensibilização para o fenómeno do stalking

SHUTTERSTOCK

Stalking. 445 pessoas pediram ajuda à APAV

O stalking, ou assédio persistente, é um conjunto de comportamentos “de perseguição”. Maioria das vítimas são mulheres

MARIANA MADRINHA
mariana.madrinha@ionline.pt

A palavra é inglesa, o significado mundial. Hoje, comemora-se o dia da sensibilização para o fenómeno de stalking, i.e., assédio persistente. Em 2015, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) recebeu mais 104 queixas do que no ano anterior, o que perfaz um total de 445 pessoas a denunciar este tipo de perseguição só no ano passado.

Segundo explica a APAV na página de sensibilização “Levar o Stalking a Sério”, esta é uma “forma de violência definida como um conjunto de comportamen-

tos de assédio praticados, de forma persistente, por uma pessoa contra outra, sem que esta os deseje e/ou consinta”.

Os autores do assédio podem ser pessoas desconhecidas para a vítima, mas é mais frequente que se trate de alguém conhecido, como por exemplo antigos parceiros, amigos, vizinhos, colegas de trabalho ou ainda “alguém com quem a vítima contacte/tenha contactado no âmbito da sua profissão”.

O comportamento de quem pratica este tipo de assédio costuma iniciar-se de forma subtil e até lisonjeira para com a vítima e vai crescendo em grau de agressividade. O agressor pode até chegar a ofe-

recer presentes ao perseguido, para além de tentar manter contacto, seja através de telefone ou correio eletrónico. Quando o stalker percebe que não está a receber correspondência por parte da vítima, inicia uma verdadeira perseguição, podendo esperar pela vítima nos sítios que esta frequenta e até entrar na casa da mesma. Em cerca de metade das situações, os perseguidores deixam “flores e animais mortos ou outras coisas obscuras em casa ou no carro da vítima”.

Segundo as informações disponibilizadas pela APAV, em 1/4 das situações de assédio persistente o stalker tenta agredir e violar a vítima e, em menos de 2% das situações, tenta mesmo matá-la.

Segundo a psicóloga Emanuela Braga à Lusa, as vítimas “são essencialmente mulheres adultas e na maior parte dos casos (75 por cento) tem ou teve um relacionamento romântico ou próximo com o stalker”.

De acordo com as indicações dadas pela APAV, os comportamentos dos agressores não devem ser subestimados ou desvalorizados, porque estas situações “raramente acabam por si”.

Assim, a APAV sugere às vítimas que lidem “ativamente com a situação, pedindo ajuda a familiares, amigos ou mesmo às autoridades policiais” e evitem “qualquer contacto com o autor dos comportamentos de assédio persistente”.

Os autores do stalking são, na maioria das vezes, pessoas conhecidas da vítima, diz APAV

VIOLÊNCIA DE GÉNERO



António Manuel Ribeiro, vocalista dos UHF, à saída do tribunal de Almada, onde foi julgada uma fã que o perseguia

Há 445 queixas por perseguição

MULHERES ♦ APAV e PSP registam aumento de casos face ao ano anterior

JOÃO CARLOS RODRIGUES*

Quase meio milhão de pessoas, principalmente mulheres, queixaram-se no ano passado de perseguição, um tipo de agressão que é crime desde setembro, e conhecido pela palavra inglesa 'stalking', cujo dia nacional de sensibilização se assinala hoje.

Em 2015, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) recebeu um total de 445 queixas de pessoas por perseguição ('stalking'), mais 104 casos do que no ano de 2014. A PSP não precisou o número de queixas feitas na polícia, mas admite que tem vindo a aumentar.

O 'stalking' está criminalizado desde setembro do ano passado, com uma alteração ao Código Penal (lei 83/2015), que autonomizou o crime de mutilação genital feminina e criou os crimes de perseguição e de casamento forçado.

EM 75 POR CENTO DOS CASOS AS VÍTIMAS TÊM RELAÇÃO COM AGRESSOR

De acordo com a lei, quem, "de modo reiterado, perseguir ou assediar outra pessoa, por qualquer meio, direta ou indiretamente, de forma adequada a provocar-lhe medo ou in-

quietação ou a prejudicar a sua liberdade de determinação, é punido com pena de prisão até três anos ou pena de multa".

De acordo com a estatística, as vítimas são essencialmente mulheres adultas e em 75% dos casos têm ou tiveram um relacionamento romântico ou próximo com o 'stalker' ('perseguidor', em tradução literal).

A atriz Patrícia Tavares e o vocalista dos UHF, António Manuel Ribeiro, foram duas personalidades que nos últimos anos sofreram na pele com este fenómeno. Ambos os casos acabaram em tribunal. ♦ * COM LUSA



O 'stalking' ao início parece inofensivo, mas é um crime que deve ser denunciado

Casos de perseguição aumentam

PSP não quantifica, mas reconhece subida no número de casos. APAV teve mais 30,5% de queixas em 2015.

REDAÇÃO
redacao@destak.pt

Muitas vezes começa de forma aparentemente inofensiva, com a oferta de flores ou presentes. Depois, o perseguidor começa a aparecer, como se fosse por acaso, nos mesmos locais que a vítima frequenta, e «com o tempo assume comportamentos cada vez mais intimidatórios e de invasão da vida

privada». Eis uma descrição do *stalking*, um tipo de agressão que é crime desde setembro.

À agência Lusa, a psicóloga Emanuela Braga, que também trabalha com a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), descreve esta forma de perseguição como «uma forma de violência, um conjunto ou padrão de comportamentos de assédio persistente, dirigido a uma pessoa sem consentimento desta». Daí que seja fundamental denunciar este comportamento.

Fonte da PSP não precisou o número de queixas, mas admitiu que os casos têm vindo a aumentar. Já a APAV recebeu 445 queixas em 2015, uma subida de 30,5% face às 341 de 2014.



APAV Mulheres vítimas de "stalking"

● No ano passado, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) recebeu 445 queixas de pessoas (principalmente mulheres) por perseguição ("stalking"), mais 104 casos do que em 2014, segundo dados da instituição. A PSP não precisou à Lusa o número de queixas feitas na Polícia, mas admitiu que os casos têm vindo a aumentar.

Mais mulheres vítimas de perseguição constante



'Stalkers' atacam essencialmente mulheres adultas.

Quase meio milhar de pessoas, principalmente mulheres, queixou-se no ano passado de perseguição, um tipo de agressão que é crime desde setembro, e conhecido pela palavra inglesa 'stalking' (perseguição constante), cujo dia nacional de sensibilização se assinala hoje.

Em 2015, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) recebeu 445 queixas de pessoas por perseguição ('stalking'), mais 104 casos do que em 2014, segundo dados da instituição. Fonte da PSP, contactada pela Lusa, não precisou o número de queixas, feitas na polícia, mas admitiu que há casos e que têm vindo a aumentar.

O 'stalking' é "uma forma de violência, um conjunto ou padrão de comportamentos de assédio persistente, dirigido a uma pessoa sem consentimento desta", explicou à Lusa Emanuela Braga, psicóloga e autora de uma tese de mestrado sobre 'stalking'.

QUASE MEIO MILHAR DE PESSOAS QUEIXOU-SE NO ANO PASSADO DE 'STALKING'

A especialista, que também colabora com a APAV, diz que não é um fenómeno recente e que muitas vezes começa de forma aparentemente inofensiva, com a oferta de flores ou presentes. Depois, exemplifica, o perseguidor começa a aparecer, como se fosse por acaso, nos mesmos locais que a vítima frequenta, e, "com o tempo, assume comportamentos cada vez mais intimidatórios e de invasão da vida privada".

Na origem de um caso assim pode estar um relacionamento, a que se junta um distúrbio de personalidade e "a vontade de uma pessoa em manter uma relação com outra".

O 'stalking' está criminalizado, desde Setembro do ano passado.



Perseguição vitimou mais mulheres

Quase meio milhão vítima de "stalking" em 2015

Quase meio milhão de pessoas, principalmente mulheres, queixou-se no ano passado de perseguição, um tipo de agressão que é crime desde setembro, e conhecido pela palavra inglesa "stalking", cujo dia nacional de sensibilização se assinala hoje.

Em 2015, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) recebeu 445 queixas de pessoas por perseguição ("stalking"), mais 104 casos do que em 2014, se-

gundo dados da instituição. Fonte da PSP, contactada pela Lusa, não precisou o número de queixas, feitas na polícia, mas admitiu que há casos e que têm vindo a aumentar.

O "stalking" é «uma forma de violência, um conjunto ou padrão de comportamentos de assédio persistente, dirigido a uma pessoa sem consentimento desta», explicou à Lusa Emanuela Braga, psicóloga. **JM**



APAV: 445 queixas por perseguição

Quase meio milhão de pessoas, principalmente mulheres, queixou-se no ano passado de perseguição, um tipo de agressão que é crime desde Setembro, e conhecido pela palavra inglesa “stalking”, cujo dia nacional de sensibilização se assinala hoje. Em 2015, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) recebeu 445 queixas de pessoas por perseguição (“stalking”), mais 104 casos do que em 2014, segundo dados da instituição. ◀

**INSTALAÇÕES DA
APAV EM SETÚBAL**

Na próxima terça-feira, pelas 11h00, são inauguradas as novas instalações da Associação de Apoio à Víti-ma (APAV) em Setúbal, na Praça do Brasil n.º 17.



Apoio à Vítima inaugura gabinete

A delegação de Setúbal da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) vai ter novas instalações a partir de terça-feira.

O espaço, com melhores condições para atender as vítimas de violência, foi cedi-

do pelo executivo sadino e oficializado na última sessão pública da autarquia.

As novas instalações do Gabinete de Apoio situam-se no edifício da Câmara Municipal de Setúbal, na Praça do Brasil.

**SETÚBAL****APAV inaugura gabinete para apoiar vítimas**

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) vai inaugurar amanhã novas instalações do Gabinete de Apoio à Vítima (GAV) de Setúbal. A APAV está presente em Setúbal desde novembro de 1996 e as novas instalações resultam de um acordo com a autarquia local.

Câmara Municipal de Setúbal cede novas instalações à APAV- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima

📅 Abril 19, 2016

📁 Sociedade

👤 admin



O gabinete de Setúbal da APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, um dos mais antigos daquela instituição particular de solidariedade social, funciona, a partir de hoje, em instalações cedidas pela Câmara Municipal.

“Este é um ato simples mas, como sempre, são estes atos que têm maior significado pelo que permitem fazer e acontecer”, sublinhou a presidente da Câmara Municipal de Setúbal, Maria das Dores Meira, esta manhã, na assinatura do protocolo que formalizou a cedência das instalações, por um período de três anos, renovável automaticamente.

O gabinete de Setúbal da APAV funciona em instalações camarárias localizadas na Praça do Brasil, num espaço no piso térreo, renovado e adaptado às necessidades daquela entidade, com duas salas, uma destinada ao atendimento, outra para as equipas de voluntariado e reservada a ações de trabalho.

A autarquia reforçou que o apoio municipal concedido, no qual se incluem os respetivos encargos de funcionamento das instalações cedidas, agradece e valoriza *“o trabalho de uma instituição particular de solidariedade social numa área manifestamente complexa como é o apoio a vítimas de crimes”*.

O presidente da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, João Lázaro, afirmou que, com o protocolo de colaboração firmado com a autarquia sadina, foi possível assegurar *“a manutenção do gabinete, um dos mais antigos da instituição, em Setúbal”*, agora *“com condignas condições de trabalho”*.

Na cerimónia de assinatura de protocolo, integrada nas comemorações dos 156 anos da Elevação de Setúbal a Cidade, aquele responsável partilhou que a APAV deve ser encarada *“como um veículo para ser utilizado”* e que constitui *“uma peça fundamental na política de intervenção social”*.

A promoção da proteção e do apoio a vítimas de infrações penais, em particular às mais carenciadas, designadamente através da informação, do atendimento personalizado e encaminhamento, do apoio moral, social, jurídico, psicológico e económico, é uma das principais missões da associação.



Mais condições para a APAV dar a mão

[FOTOS: ANDRÉ AREIAS]



A reforma do mapa judiciário fez com que o Gabinete de Apoio de Setúbal da APAV (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima), até ontem instalado no Tribunal de Família e Menores, saísse daquele espaço, com o apoio da Câmara de Setúbal, e abrisse portas a novas instalações no edifício da autarquia, na Praça do Brasil, inauguradas esta terça-feira.

O Gabinete de Setúbal da APAV funciona agora num piso térreo, renovado e adaptado às necessidades daquela entidade e com melhores e renovadas condições, com duas salas, uma destinada ao atendimento e outra para as equipas de voluntariado e reservada a acções de trabalho.

Durante a assinatura do protocolo entre as duas entidades, que inscreve a cedência do espaço por um período de três anos, renová-



vel automaticamente, João Lázaro, presidente da APAV, salientou o êxito na manutenção deste ga-

binete na cidade, um dos mais antigos da rede de apoio à vítima, em funcionamento desde 1996. “Temos agora melhores condições para atender as vítimas de todo o tipo de crimes, desde violência doméstica, bullying, agressões e até rapto”, referiu.

Pareceria vai mais além

Maria das Dores Meira, presidente da autarquia que vai assegurar o apoio financeiro aos encargos de funcionamento das instalações cedidas, reconheceu “o trabalho desta instituição particular de solidariedade social, numa área manifestamente complexa, como é o apoio a vítimas de crimes e que deve ser valorizado”.

A parceria entre a câmara municipal e a APAV vai ainda estender-se ao patrocínio da realização de investigação e estudos sobre os problemas da vítima, para a mais adequada satisfação dos seus interesses e a participação em programas, projectos e acções de informação e sensibilização da opinião pública.

Na cerimónia, integrada nas comemorações dos 156 anos da Elevação de Setúbal a Cidade, além de autarcas locais, a nova diretora do Centro Distrital de Setúbal da Segurança Social, Natividade Coelho, o presidente da Junta de Freguesia de S. Sebastião, Nuno Costa, a par de representantes da PSP, GNR e Tribunal de Setúbal.

ID: 64096165

20-04-2016

SETÚBAL Gabinete é na Praça do Brasil

APAV já funciona em instalações cedidas pelo município

Na assinatura do protocolo, **Dores Meira** disse que apoio da Câmara valoriza e promove defesa de vítimas de crimes

O gabinete de Setúbal da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) já está a funcionar em instalações camarárias na Praça do Brasil. A cedência do espaço, renovado, por três anos, foi formalizada ontem, com a presidente da Câmara a afirmar que o "gesto simples" enaltece



CEDENCIA. Espaço foi cedido por três anos

"o trabalho de uma instituição particular de solidariedade social numa área manifestamente complexa como é o apoio a vítimas de crimes".

"Sentimos que assim somos parte de algo verdadeiramente importante para os que são vítimas de violência, para os que, indefesos e fragilizados, são incapazes de vencer os enormes problemas que estas situações provocam", realçou Maria das Dores Meira.

Segundo a autarca, a cedência de instalações é um "apoio que se estende à realização de investigação e estudos sobre os problemas da vítima, para a mais adequada satisfação de interesses e a par-

ticipação em programas, projectos e acções de informação e sensibilização da opinião pública".

Na cerimónia participaram também a nova directora do Centro Distrital de Setúbal da Segurança Social, Natividade Coelho, o presidente da Junta de Freguesia de S. Sebastião, Nuno Costa, e de representantes da PSP, GNR e Tribunal de Setúbal.

O gabinete de Setúbal, que é um dos mais antigos da APAV, conta agora, no espaço cedido pelo município, com duas salas, uma destinada ao atendimento, outra para as equipas de voluntariado e reservada a acções de trabalho.



SETÚBAL APOIO À VÍTIMA GANHA NOVAS INSTALAÇÕES

O gabinete da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima já está a funcionar em instalações cedidas pelo município. O espaço funciona em instalações camarárias, na Praça do Brasil, num espaço renovado e adaptado às necessidades daquela entidade, com duas salas. O líder da APAV, João Lázaro, afirmou que, com o protocolo de colaboração firmado com a autarquia, foi possível assegurar «a manutenção do gabinete, um dos mais antigos da instituição, em Setúbal», agora «com condignas condições de trabalho». Na cerimónia, o responsável partilhou que a APAV deve ser encarada «como um veículo para ser utilizado» e que constitui «uma peça fundamental na política de intervenção social».

Associação Portuguesa de Apoio à Vítima - Setúbal Protocolo de colaboração assegura manutenção do gabinete

O gabinete de Setúbal da APAV - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, um dos mais antigos daquela instituição particular de solidariedade social, funciona, a partir de hoje, em instalações cedidas pela Câmara Municipal.



“Este é um ato simples mas, como sempre, são estes atos que têm maior significado pelo que permitem fazer e acontecer”, sublinhou a presidente da Câmara Municipal de Setúbal, Maria das Dores Meira, esta manhã, na assinatura do protocolo que formalizou a cedência das instalações, por um período de três anos, renovável automaticamente.

O gabinete de Setúbal da APAV funciona em instalações camarárias localizadas na Praça do Brasil, num espaço no piso térreo, renovado e adaptado às necessidades daquela entidade, com duas salas, uma destinada ao atendimento, outra para as equipas de voluntariado e reservada a ações de trabalho.

A autarca reforçou que o apoio municipal concedido, no qual se incluem os respetivos encargos de funcionamento das instalações cedidas, agradece e valoriza “o trabalho de uma instituição particular de solidariedade social numa área manifestamente complexa como é o apoio a vítimas de crimes”.

O presidente da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, João Lázaro, afirmou que, com o protocolo de colaboração firmado com a autarquia sadina, foi possível assegurar “a manutenção do gabinete, um dos mais antigos da instituição, em Setúbal”, agora “com condignas condições de trabalho”.

Na cerimónia de assinatura de protocolo, integrada nas comemorações dos 156 anos da Elevação de Setúbal a Cidade, aquele responsável partilhou que a APAV deve ser encarada “como um veículo para ser utilizado” e que constitui “uma peça fundamental na política de intervenção social”.

A promoção da proteção e do apoio a vítimas de infrações penais, em particular às mais carenciadas, designadamente através da informação, do atendimento personalizado e encaminhamento, do apoio moral, social, jurídico, psicológico e económico, é uma das principais missões da associação.

O incentivo à solidariedade social, designadamente através da formação e gestão de redes de cooperadores voluntários e do mecenato social, e a mediação vítima-infrator e outras práticas de justiça restaurativa são igualmente esferas de intervenção da APAV, que trabalha em colaboração com várias entidades.

“Eis o que estas instalações ajudam a promover, apoio que se estende à realização de investigação e estudos sobre os problemas da vítima, para a mais adequada satisfação de interesses e a participação em programas, projetos e ações de informação e sensibilização da opinião pública”, realçou Maria das Dores Meira.

A presidente da autarquia frisou que é um orgulho poder ajudar a APAV a concretizar as suas missões. “Sentimos que assim somos parte de algo verdadeiramente importante para os que são vítimas de violência, para os que, indefesos e fragilizados, são incapazes de vencer os enormes problemas que estas situações provocam.”

O ato desta manhã, no qual participaram elementos do Executivo municipal, a par da diretora do Centro Distrital de Setúbal da Segurança Social, Natividade Coelho, do presidente da Junta de Freguesia de S. Sebastião, Nuno Costa, e de representantes da PSP, GNR e Tribunal de Setúbal, incluiu uma visita às novas instalações da APAV.

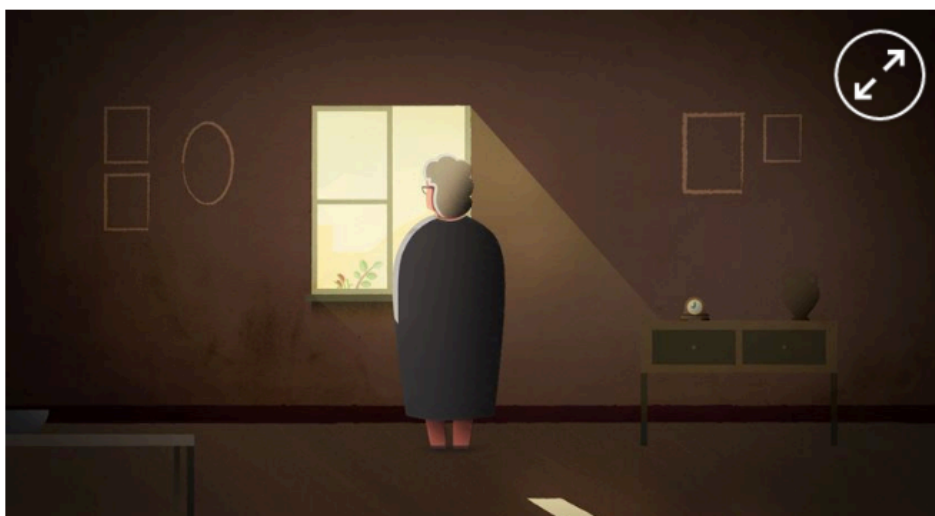


↳ **“Brinca e não abuses!”** é a sessão destinada a escolas, que se realiza **hoje**, com a APAV. Surge no âmbito da programação de atividades do Mês da Prevenção dos Maus-Tratos na Infância, dinamizada pela CPCJ de Coimbra.

Violência contra idosos. Quando a solidão é não poder dizê-la

05 Abr, 2016 - 07:00 • Teresa Abecasis, Rodrigo Machado (ilustrações e gráficos)

Isabel foi prisioneira dentro da própria casa. “Ela é a filha que eu nunca tive”, diz uma idosa sobre a cuidadora que lhe ficou com o dinheiro todo. A violência contra idosos é um problema escondido em Portugal: o agressor é, na maior parte das vezes, quem cuida da vítima.



Isabel foi prisioneira dentro da própria casa. Reformada, vivia sozinha e quem costumava cuidar dela era a nora. “Cuidar”. Isto era o que o resto da família pensava, mas a realidade era outra: a nora gritava, insultava-a, desvalorizava-a e, pior que tudo, mantinha a sogra trancada em casa.

Foi preciso Isabel (nome fictício) correr perigo de vida para isto acabar. Um dia, sentiu-se mal, e, sem outra alternativa, gritou por ajuda. Os vizinhos chamaram o INEM, mas só depois de a polícia intervir conseguiram chegar até ela. No hospital é que acabou por revelar o que se passava.

A história de Isabel chegou à Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) através de uma vizinha, testemunha da violência que se passava dentro de quatro paredes.

Não há muitos dados sobre a violência contra idosos em Portugal. Os dados da APAV relativos a 2015, recentemente divulgados, mostram uma subida no número de denúncias: no ano passado registaram-se mais de dois casos por dia contra vítimas com mais de 65 anos (977 no ano inteiro, mais 125 do que em 2014). Números alarmantes, que a associação acredita estarem ainda aquém da realidade.

“Temos muitas situações complicadas”, explica Sónia Reis, gestora da Linha de Apoio à Vítima da APAV, mas “acreditamos que há muitas situações ainda por chegar até nós. Haverá, com certeza, muitas cifras negras”.



O primo da Sereia diz-lhe que “se ela não se despir não brinca com ela”

Há um novo jogo de tabuleiro que ajuda as crianças a reconhecer abusos sexuais. Destina-se a rapazes e raparigas entre os seis e os dez anos. Para ser jogado com qualquer adulto – pais, psicólogos ou professores

Abusos sexuais Andreia Sanches

É um jogo de tabuleiro, parecido com outros, muito colorido, com um dado, “pedrinhas preciosas” que se vão guardando à medida que se avançam casas, e cartões, com perguntas de vários tipos. Por exemplo: “A Sereia tem um primo mais velho que, sempre que estão sozinhos, se despe e lhe diz para ela também se despir. Ela não quer, mas ele diz que se ela não se despir não brinca com ela. O que achas do comportamento do primo da Sereia? Como achas que se sente a Sereia? Se acontecesse contigo, como irias sentir-te? O que achas que a Sereia deve fazer?”

Há desafios a que se responde desenhando, outros com gestos, outros a falar. Os temas são vários: o corpo e o toque, os segredos, as emoções, a Internet, pedir ajuda... Chama-se *As Aventuras do Búzio e da Coral*, destina-se a crianças entre os seis e os dez anos e tem como objectivo a prevenção de abusos sexuais.

Recomendado pela Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Protecção das Crianças e Jovens, pode ser jogado por qualquer adulto, pais, psicólogos, professores, educadores de infância, com uma criança ou com um grupo de crianças, até um máximo de quatro. Foi ontem apresentado ao público, em Lisboa.

Rute Agulhas, psicóloga clínica, perita do Instituto de Medicina Legal e professora do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, uma das três autoras, diz que este é o primeiro projecto do género em Portugal. Não se destina especificamente a psicólogos e outros técnicos, pode ser jogado por qualquer pessoa.

O jogo tem uma espécie de livro de instruções, chamado *Bússola*, tem as informações básicas que os adultos devem ler antes de jogar. “Isto não é para assustar as crianças; pelo contrário, isto é para lhes dar uma maior sensação de controlo: ‘Eu sei o que é, eu sei identificar as situações de risco, eu sei o que é que devo fazer perante uma situação destas.’ A lógica de um jogo destes não é pôr a responsabilidade da prevenção na criança; pelo contrário, a responsabilidade é dos adultos, da comunidade, dos serviços”, sublinha a psicóloga. “O que



Rute Agulhas, Nicole Figueiredo e Joana Dias Alexandre com o jogo *As Aventuras do Búzio e da Coral*

pedimos à criança é que ela aumente os seus conhecimentos sobre abuso e desenvolva competências para lidar com estas situações.”

E a generalidade dos pais – dos adultos, em geral, que não são técnicos – estão preparados para jogar

um jogo destes? E para o que ele pode revelar? “Este jogo não está pensado para ser um instrumento de diagnóstico, que fique claro, não é um jogo para sabermos se uma criança sofreu abusos ou não”, responde Rute Agulhas.

“É um jogo de prevenção primária. Mas quando pomos a criança a falar sobre esta temática de uma forma tranquila e lúdica, criamos, de facto, um contexto, e pode criar-se uma oportunidade de revelação, no caso de a criança estar a ser vítima de alguma situação de abuso. O que nós tentámos, com a *Bússola*, é ajudar o adulto a perceber o que pode ser uma tentativa de revelação, o que deve dizer e o que não deve dizer.”

Na *Bússola*, o tal livrinho, o adulto aprende, por exemplo, que se uma criança diz “eu não gosto dele”, ou “não quero ir brincar para a casa do y”, uma resposta errada é “mas tens que gostar dele, ele gosta muito de ti!”. E uma resposta certa é: “Porquê? Ele fez alguma coisa de que não gostaste? Explica o que se passou.” Também se aprende que a criança deve ser apoiada, elogiada, nas suas respostas, e que deve sentir que acredita nela.

“Normalmente, as crianças não tentam revelar [o abuso] de uma forma explícita, começam de uma forma exploratória, do género: ‘Não gosto dos beijos que ele me dá’. E por vezes os adultos não estão atentos. Respondem: ‘Não sejas mal-educada, dá um beijinho’, por exemplo. Não

é respeitado o direito da criança de não gostar de determinado toque. Ou quando a criança diz: ‘Não sei quem disse-me para guardar um segredo...’ Ensinamos erradamente às crianças que os segredos são para se guardar. Quando devemos antes perguntar: ‘Mas que tipo de segredo? É um bom ou um mau segredo? Se for bom, podes guardar; se for mau, debes contar.’”

Falsas crenças

“Isto é um tema com o qual os pais têm dificuldade”, diz Joana Dias Alexandre, também professora do ISCTE, adiantando que o jogo (custa 40 euros e parte dos lucros é para a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima) ainda será avaliado antes de outros serem desenvolvidos para outras faixas etárias – a colecção de jogos prevista chama-se *Vamos prevenir*.

“Até que ponto as crianças adquirem os conhecimentos e até que ponto os adultos se sentem mais capazes para lidar com isto” é o que se pretende saber, explica.

Na sua tese de mestrado Nicole Figueiredo, que foi orientada por Joana Alexandre e Rute Agulhas, e que é a terceira autora destas *Aventuras*, fez um pré-teste de alguns materiais para o jogo, analisou projectos de prevenção que existem noutros países e recordou vários estudos que mostram, diz, como este é “um assunto tabu”, rodeado de “falsas crenças”. Por exemplo, um estudo feito em Espanha, com base em entrevistas a 113 crianças, 225 pais e 26 professores, mostrou que metade dos pais e professores acredita que muitas crianças inventam histórias de abuso sexual; a totalidade dos pais e 46% dos professores pensa que os familiares denunciam sempre um abuso; 76% dos pais e 31% dos professores consideram que a maioria das crianças que sofre abusos conta.

Mas nem as crianças contam sempre, nem costumam inventar, garante Nicole Figueiredo. “Este não é um tema que faça parte do seu imaginário, não é uma coisa agradável, não tem graça inventar sobre isso.”

Contactado pelo PÚBLICO, Armando Leandro, presidente da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos das Crianças, faz saber que esta é “uma iniciativa de muito mérito” que a comissão “apoia com muito empenho”.

Queixas de abusos têm aumentado

No ano passado, registaram-se 1044 participações à polícia de abuso sexual de crianças, adolescentes e menores dependentes, mais 3,1% do que em 2014. No ano anterior o aumento tinha sido de 17,7%. Os dados constam do Relatório Anual de Segurança Interna de 2015, ano em que 150 pessoas foram detidas por abuso sexual de crianças/menores dependentes.

Os arguidos no âmbito dos inquéritos abertos são na sua maioria homens, prevalecendo a faixa etária dos 41 aos 50 anos. E as crianças são na maior parte dos casos (79,3%) meninas. A maioria (61,5%) tem entre os oito

e os 13 anos; 19,9% têm entre quatro e sete anos; 7,4% até três anos apenas. Em pelo menos 40% dos casos o alegado autor do crime era familiar da vítima do menor. Apesar dos dados existentes, considera-se que o número real de casos de abuso sexual esteja subestimado, nota Nicole Figueiredo. A autora do jogo ontem apresentado recorda que em 2013 foi realizado um estudo nos EUA em que se estimou que, em média, uma em cada dez crianças sofre abusos sexuais até aos 18 anos. Dados do Reino Unido revelam que, no ano de 2010, uma em cada 20 crianças sofreu abusos sexuais.


Em destaque

Jogo ajuda a evitar abusos sexuais

Três psicólogas portuguesas criaram um jogo de tabuleiro para ajudar crianças e adultos a identificar uma situação de abuso sexual e pedir ajuda o mais cedo possível.

Em declarações à agência Lusa, a investigadora principal, do ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, explicou que o jogo de tabuleiro vai estar à venda a partir de hoje, em livrarias, com um preço que poderá rondar os 40 euros.

Segundo Rute Agulhas, este primeiro jogo destina-se a crianças entre os seis e os 10 anos e tem como objectivo a prevenção primária dos abusos sexuais de crianças.

Podé ser jogado por qualquer adulto, desde pais, psicólogos, professores, educadores de infância ou animadores socioculturais, com uma criança ou com um grupo de crianças, até um máximo de quatro.

“É uma lógica de aumentar conhecimento e promover competências: pedir ajuda, dizer não, o mais cedo possível”, sublinhou, acrescentando que o jogo também pretende aumentar os conhecimentos dos próprios adultos que jogam.

A psicóloga explicou que trabalha desde há 18 anos na área dos abusos sexuais, tanto com vítimas, famílias e agressores e que, por isso, já desde há muito tempo que sentia a necessidade de apostar na prevenção primária e não só no trabalho feito depois de o abuso ter acontecido, apontando que “em Portugal não há materiais específicos na área da prevenção”.

O jogo em causa é o primeiro de uma colecção que se chama ‘Vamos Prevenir’ e foi decidido dar prioridade à faixa etária entre os seis e os 10 anos porque “é onde a incidência do abuso sexual é maior”.

“No próximo ano lectivo vamos ter de abranger os 3 aos 6 anos e fazer materiais específicos para os mais pequenos e vamos fazer uma



O jogo ajuda a identificar possíveis situações de abuso e a pedir ajuda o mais rapidamente possível.

aplicação de telemóveis para os adolescentes”, adiantou.

Segundo explicou, trata-se de um jogo de tabuleiro, desenhado e estruturado à volta do tema do mar, com um menino chamado Búzio e uma menina chamada Coral, além de um livro de instruções, a Bússola, que tem as informações básicas que todos os adultos devem ler antes de começarem a jogar.

O jogo aborda vários temas, entre o corpo e o toque, o segredos, as emoções, pedir ajuda ou a internet e tem actividades que vão desde a mímica, desenho, cartas de expressões, onde é pedido às crianças que identifiquem as emoções associadas, ou cartas de segredos.

“Temos os cartões do corpo humano com o Búzio e a Coral todos despidos, de frente e de trás, exactamente para falar das partes privadas, desse conceito, quem pode mexer e quem não pode, o que fa-

JOGO FOI CRIADO POR TRÊS PSICÓLOGAS. É O PRIMEIRO DA COLECÇÃO ‘VAMOS PREVENIR’

zer se mexe”, disse a psicóloga.

Rute Agulhas alertou que este é um material que serve para prevenção primária e não para trabalhar com crianças vítimas de abuso, não descartando a hipótese de poder servir como uma forma de facilitar a revelação.

“Uma criança que tenha sido efectivamente abusada ou esteja a ser abusada pode ser que encontre aqui uma oportunidade de falar sobre o tema porque aquilo que muitas vezes inibe que uma criança revele, além do medo, da vergonha,

dos conflitos de lealdade ou a culpa, que também inibe bastante, é não haver uma oportunidade, é não se criar um contexto porque normalmente as famílias não falam sobre isto”, apontou.

Se por acaso isso acontecer, o adulto que estiver a jogar com a criança é orientado para saber o que dizer -- “para a pessoa não ficar perdida com esta informação na mão” -- e a quem ou onde pedir ajuda.

A psicóloga adiantou ainda que parte dos lucros da venda do jogo revertem para a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV).

O jogo é recomendado pelo ISCTE, Centros de Estudos Judiciários e pela Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco.

Nos últimos cinco anos, a Polícia Judiciária investigou mais de 7 mil casos, o que dá uma média de quatro abusos por dia.

Três psicólogas criam jogo de tabuleiro para prevenir abusos sexuais de crianças

Investigadoras portuguesas criam sistema que permite identificar uma situação de abuso sexual e pedir ajuda o mais cedo possível



Três psicólogas portuguesas criaram um jogo de tabuleiro para ajudar crianças e adultos a identificarem uma situação de abuso sexual e pedir ajuda o mais cedo possível.

Em declarações à agência Lusa, a investigadora principal, do ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, explicou que o jogo de tabuleiro vai estar à venda a partir de quinta-feira, em livrarias, com um preço que poderá rondar os 40 euros.

Segundo Rute Agulhas, este primeiro jogo destina-se a crianças entre os seis e os 10 anos e tem como objetivo a prevenção primária dos abusos sexuais de crianças.

Pode ser jogado por qualquer adulto, desde pais, psicólogos, professores, educadores de infância ou animadores socioculturais, com uma criança ou com um grupo de crianças, até um máximo de quatro.

“É uma lógica de aumentar conhecimento e promover competências: pedir ajuda, dizer não, o mais cedo possível”, sublinhou, acrescentando que o jogo também pretende aumentar os conhecimentos dos próprios adultos que jogam.

A psicóloga explicou que trabalha desde há 18 anos na área dos abusos sexuais, tanto com vítimas, famílias e agressores e que, por isso, já desde há muito tempo que sentia a necessidade de apostar na prevenção primária e não só no trabalho feito depois de o abuso ter acontecido, apontando que “em Portugal não há materiais específicos na área da prevenção”.

O jogo em causa é o primeiro de uma coleção que se chama “Vamos Prevenir” e foi decidido dar prioridade à faixa etária entre os seis e os 10 anos porque “é onde a incidência do abuso sexual é maior”.

APAV promove seminário para divulgar Projeto Infovítimas II

07/04/2016, 01:08



No âmbito do Projeto Infovítimas II, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) promove o Seminário "Infovítimas: Inovação na promoção dos direitos das vítimas", que terá lugar no espaço Atmosfera M, no Porto, hoje, dia 7 de abril.

O Projeto Infovítimas II é cofinanciado pelo Programa Justiça Penal da União Europeia, promovido pela APAV em parceria com o Victim Support Scotland (Escócia), Subvenia Victima (Polónia), o Weisser Ring Germany (Alemanha), Weisser Ring Austria (Áustria), Victim Support Europe, a Direcção Geral da Administração da Justiça e a Polícia de Segurança Pública.

No Seminário será analisado o estado da arte no que concerne aos direitos das vítimas de crime em Portugal e na Europa, refletindo sobre aspetos inovadores dos modelos de prestação de informação e a diversificação dos meios de atendimento e apoio à vítima. "Vivemos um momento de viragem em matéria de direitos e apoio a vítimas de crime. A alteração de paradigma, sobretudo fruto da implementação, pelos Estados Membros, da Diretiva do Parlamento e do Conselho que estabelece normas mínimas relativas aos direitos, ao apoio e à proteção das vítimas de criminalidade, veio introduzir desafios acrescidos e tornar premente a necessidade de (re)adaptações, quer nos sistemas de justiça penal quer nos serviços de apoio à vítima", refere a APAV, que acrescenta: "Ao mesmo tempo, a crescente importância das tecnologias de informação, tem vindo a desencadear iniciativas promotoras de um novo modelo das respostas de apoio à vítima de crime. Este novo modelo está sobretudo focado na procura de respostas inovadoras e alternativas de proximidade às vítimas de crime, seus familiares e amigos".

Em paralelo com a realização do seminário, encontra-se a decorrer a nova fase da campanha de sensibilização, com o objetivo de divulgar o site Infovitimas.pt, o site da APAV sobre os Direitos das Vítimas de Crime. A campanha de sensibilização já está a decorrer e tem sido disseminada através de anúncios imprensa, de mupis, de outdoors e de um [spot vídeo](#). Além do site, foi agora também disponibilizada uma nova [app para dispositivos móveis](#). A app "Infovítimas" encontra-se disponível para [download gratuito](#) através das plataformas App Store, GooglePlay e Windows Store.



NOTÍCIAS

SEMINÁRIO INFOVÍTIMAS: INOVAÇÃO NA PROMOÇÃO DOS DIREITOS DAS VÍTIMAS



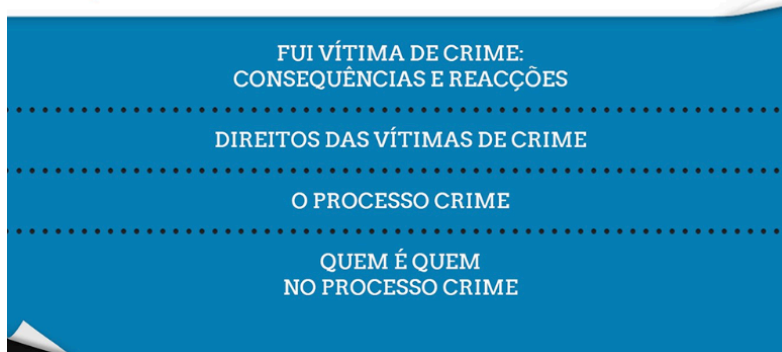
O Seminário Infovítimas: Inovação na promoção dos direitos das vítimas terá lugar no Porto, no dia 7 de Abril de 2016, no espaço Atmosfera M.

Este Seminário surge no âmbito do Projeto Infovítimas II (cofinanciado pelo Programa Justiça penal da União Europeia) que a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) promove em parceria com o Victim Support Scotland (Escócia), Subvenia Victima (Polónia), o Weisser Ring Germany (Alemanha), Weisser Ring Austria (Áustria), Victim Support Europe, a Direcção Geral da Administração da Justiça e a Polícia de Segurança Pública.





APP DO DIA - INFOVITIMAS PT



por **MÁRCIA CAMPANA**
1 ABRIL, 2016

Apesar de hoje ser dia das mentiras, trazemos-lhe uma app muito séria, criada para dar apoio às vítimas de crime.

A Infovítimas PT é uma extensão do site com o mesmo nome e pretende servir de ajuda a todos os que querem saber mais sobre um processo crime, os seus direitos ou até encontrar algum apoio psicológico.

Desenvolvida com o apoio financeiro do Programa Justiça Penal da União Europeia e numa parceria com a APAV (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima), aqui os cidadãos poderão conhecer todos os seus direitos e os serviços que lhes podem prestar apoio.

Programador: Último Take



ID: 64238451

30-04-2016 | Emprego

APAV apoia investigação sobre violência

A Associação de Apoio à Vítima (APAV) está a promover a segunda edição do Prémio APAV para a Investigação, com o apoio da Fundação Montepio. O prémio destina-se a reconhecer trabalhos de investigação científica sobre temas ou problemas relacionados com a missão da APAV: “Apoiar as vítimas de crime, as suas famílias e os seus amigos,



prestando-lhes serviços de qualidade, gratuitos e confidenciais e contribuir para o aperfeiçoamento das políticas públicas, sociais e privadas centradas no estatuto da vítima”, faz saber a associação na apresentação da iniciativa. O Prémio APAV para a Investigação vai distinguir um trabalho inédito, desenvolvido em língua portuguesa, que contribua para o conhecimento geral ou específico dos temas ou problemas relacionados com as vítimas de crime, ou para a melhoria de qualidade dos serviços de apoio à vítima em Portugal. As candidaturas podem ser formalizadas até 30 de junho.



INVESTIGAR



// DIVULGAÇÕES

CANDIDATURAS A PROJETOS

OUTRAS CANDIDATURAS

EVENTOS

BOLSAS

NOTÍCIAS

PROJETOS EM DESTAQUE

Contactar: 266 701

Prémio APAV para a Investigação 2016

O Prémio APAV para a Investigação destina-se a premiar trabalhos de investigação científica sobre temas ou problemas relacionados com a missão da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV)

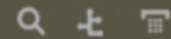
Condições gerais

O Prémio APAV será atribuído anualmente pela APAV a um trabalho inédito, desenvolvido em língua portuguesa.

O Prémio APAV será atribuído a um trabalho que contribua para o conhecimento geral ou específico dos temas ou problemas relacionados com as vítimas de crime, ou para a melhoria de qualidade dos serviços de apoio à vítima em Portugal.

O Prémio APAV será atribuído a um trabalho desenvolvido em áreas científicas diversas, tais como Direito, Psicologia, Serviço Social, Sociologia, História, Economia, Saúde, Antropologia, Criminologia, Vitimologia, Pedagogia, etc.

[Regulamento](#)

**Concursos e Prémios**

Candidaturas até 30 de junho

Prémio APAV para a investigação 2016

20.4.2016



0



2016 | prémio APAV
para a investigação

Neste ano de 2016 a APAV promove a segunda edição do Prémio APAV para a Investigação, com o apoio da Fundação Montepio. O Prémio APAV para a Investigação destina-se a premiar trabalhos de investigação científica sobre temas ou problemas relacionados com a missão da

APAV.

O Prémio APAV será atribuído a um trabalho inédito que contribua para o conhecimento geral ou específico dos temas ou problemas relacionados com as vítimas de crime, ou para a melhoria de qualidade dos serviços de apoio à vítima em Portugal.

O Prémio APAV será atribuído a um trabalho desenvolvido em áreas científicas diversas, tais como Direito, Psicologia, Serviço Social, Sociologia, História, Economia, Saúde, Antropologia, Criminologia, Vitimologia, Pedagogia, etc.

Para consultar o Regulamento, Formulário de Candidatura e mais informações: apav.pt/premio_apav

MARKETEER

Crimes digitais inspiram obra de João Tordo

11/04/2016 Notícias 0



Todos os dias, passamos pelo menos 20 minutos online e durante esse tempo partilhamos, muitas vezes, informações pessoais. A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) conta que, a nível mundial, os 1,5 mil milhões de utilizadores activos do Facebook fazem mais de 510 mil comentários e publicam mais de 136 mil fotografias.

No Twitter, o cenário é semelhante com mais de 500 milhões de tweets partilhados diariamente. Estes números servem para mostrar como pode ser fácil recolher informações sobre os utilizadores, mesmo que estes não queiram que assim seja. O resultado são crimes digitais como phishing, stalking e cyberbullying.

Para sensibilizar os portugueses para este problema, a APAV juntou-se à Havas Worldwide e ao escritor João Tordo que apresenta, no próximo dia 15, uma história inspirada neste tipo de crimes. "Biografia inesperada de Luís Valente" vai ser apresentado por Fátima Freitas, na Livraria Ler Devagar.

CAPAZES.

Biografia Inesperada da APAV

Por CAPAZES - 12/04/2016

👁 213 🗨 0



Como alertar para este perigoso fenómeno?

Convidamos o premiado escritor João Tordo, com livros editados em todo o mundo, para que a partir de dados publicados exclusivamente nas Redes Sociais de uma pessoa, escrevesse a sua biografia. Uma biografia inesperada.

‘Biografia inesperada de Luís Valente’ alerta para exposição pessoal nas redes sociais

Actualizado em 11 de Abril, às 11:36


É um projecto que visa alerta para a forma como as pessoas se expõem a vários riscos, através das redes sociais, e que nasceu de um desafio feito pela APAV (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima) ao escritor João Tordo. Um projecto a que se associaram a Havas WW e a Major e que visa “chamar a atenção da problemática das redes sociais.

“Passamos pelo menos 20 minutos por dia on line e partilhamos todo o tipo de informação e dados sobre a sua vida profissional e pessoal. Muitas vezes sem darmos conta disso”.

“Esta partilha exagerada leva a que muitas pessoas sejam vítimas de vários tipos de cibercrime: phishing, stalking, cyberbullying, entre outros”, alerta a APAV.

O que publica nas redes sociais pode dar um livro. A Havas prova-o

quarta, 13 abril 2016 11:27

tamanho da fonte  | [Imprimir](#)



A Havas WW, sensibilizada pela questão do roubo de identidade e do fenómeno do phishing, desafiou João Tordo a escrever uma biografia a partir de dados publicados nas redes sociais. O resultado é a "Biografia Inesperada", criada para a APAV.

"Os portugueses vivem nas redes sociais. Literalmente. Passam, no mínimo, 20 minutos por dia online. E partilham um pouco de tudo. Este é um fenómeno mundial. A cada segundo que passa, só os 1,5 biliões de utilizadores ativos do Facebook fazem mais de 510 mil comentários, publicam mais de 136 mil fotografias e alteram mais de 293 mil perfis", contextualiza a agência em comunicado.

Uma partilha que, afirma a Havas, leva a que muitas pessoas sejam vítimas de vários tipos de cibercrime, como phishing, stalking e cyberbulling. Foi a partir desta ideia que a agência decidiu desafiar o escritor João Tordo a desenvolver uma biografia com informação apenas retirada das redes sociais.

A ideia contou com o apoio da editora Penguin Random House e da produtora Majorwest. O lançamento do livro está agendado para esta sexta-feira, às 15 horas, na livraria Ler Devagar.

briefing@briefing.pt



ÚLTIMAS

URBAN ENSEMBLE NA APAV

· 13 ABR 2016 · 12:14 ·



© Ângelo Silva

O trio Urban Ensemble, composto por Pedro Santos (acordeão), João Pedro Silva (saxofones) e Sofia Neide (contrabaixo), estará pela APAV, em Lisboa, no próximo dia 28 de Abril (19h30) para um concerto onde «promete visitar algumas das mais relevantes "paisagens sonoras" do folclore urbano do mundo», partindo da música de câmara.

A entrada é, como é costume na APAV, livre. Fiquem com um vídeo que explicará o que podem esperar no final do mês.



Paulo Cecílio
pauloandrececilio@gmail.com

Gulbenkian, com a Orquestra Erdão e o seus grupos de música antiga (por 1979 e 1992). Aos especialistas que estendem a repertório do pianista impôs a si mesmo o fortalecimento de seu concerto.

na Fundação
tas.

depois, com o

*** Mozart** *Fundação Calouste Gulbenkian, Av de Berna 45. 21 782 3000/30. Praça de Espanha/São Sebastião/BUS 716, 726, 756. 21.00; 15-28€. www.gulbenkian.pt* (ver destaque). Com Yetzabel Árias Fernandez (soprano), Bogna Bartosz (mezzo-soprano), Tilman Lichdi (tenor), Hugo Oliveira (baritono), Coro & Orquestra Gulbenkian, direcção de Ton Koopman.

Piano a quatro mãos *Museu da Música, Estação de Metropolitano do Alto dos Moinhos - R João de Freitas Branco. 21 771 0990/8. Alto dos Moinhos/BUS 754, 768. 19.00; 5€. www.museudamusica.imc-ip.pt*. Repertório romântico por Catarina Sousa e Nuno Soares.

GRÁTIS Urban Ensemble *Espaço APAV & Cultura, R José Estevão 135A. 21 358 7900. Arroios. 19.30. www.apav.pt*. Pedro Santos (acordeão), João Pedro Silva (sax) e Sofia Neide (contrabaixo) aproximam os universos da música urbana e da música de câmara.

Jazz

*** Unity Band** *Hot Clube de Portugal, Pç da Alegria 48. 21 346 0305/21 361 9740. Avenida. 22.30 e 00.00; 5-10€. www.hcp.pt*. Gonçalo Marques (trompete), José Pedro Coelho (sax), Diogo Vida (órgão) e Joel Silva (bateria) prestam homenagem

guiadolazer

CLÁSSICA

Urban Ensemble

Por PÚBLICO

O grupo de acordeão (Pedro Santos), saxofone (João Pedro Silva) e contrabaixo (Sofia Neide) nasceu da vontade de visitar diversas geografias das músicas do mundo. Para este objectivo concorrem adaptações de peças de compositores como Piazzolla, Lopes Graça ou Nazareth, mas também a criação de originais.



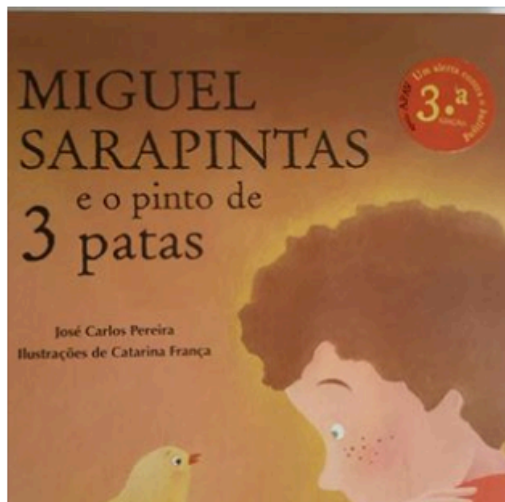
althum.com

Decorreu no passado dia 14 de Abril, na Biblioteca César da Silva do Centro Cultural Casapiano, a apresentação do livro " Miguel Sarapintas e o pinto das 3 patas" da autoria de José Carlos Pereira e editado pela Althum.com.

Um livro com um tema actual e que a todos diz respeito." Bulling"
A APAV fez-se representar pelo Dr. José Felix cujo apoio foi de toda a importância.

Depois de uma manhã a interagir numa série de actividades com alunos de várias instituições , seguiu-se um debate muito interessante cheio de questões pertinentes, com intervenções do Dr. José Felix Duque, do Diretor da Biblioteca, Dr. João Louro, da ilustradora, Catarina França e de Luís Nazaré Gomes da Althum .com

Obrigada a todos os que participaram e tornaram este dia tão especial para a Althum.



**CHANGE !T****Ana Rita Clara modera tertúlia**

Ana Rita Clara modera um novo encontro do projeto Change !T, às 10 horas, esta sexta-feira, no Kaffeehaus, no Chiado (Lisboa). Mariza Liz, Antónia Barradas (AI), João Lázaro (APAV) e Luís Esparteiro são os convidados.

«Aceita-me!» é o tema do 12º encontro Change !T



Ana Rita Clara volta a moderar o encontro criativo do projeto "CHANGE !T", marcado para às 10 horas, de 29 de abril, no Kaffeehaus, no Chiado, em Lisboa.

A cantora Mariza Liz, Antónia Barradas da Amnistia Internacional, João Lázaro, Presidente da APAV, e o ator Luis Esparteiro, são os Changers convidados, que se juntam ao grupo das já quase 5 mil mentes inquietas.

No comunicado divulgado pelo projecto "CHANGE !T" anunciam-se mudanças: «Vivem-se dias inquietos, nos quais o indivíduo luta pela sua própria individualidade. Por isso mesmo, mais do que dedicar-se aos Direitos Humanos, neste Encontro irá ser debatido o tema "Aceita-me!". O Lugar da tolerância, do aceitarmos sem julgamentos o outro».